

MADJALANE SANTOS BATISTA

**A ESCOLARIDADE COMO IMPORTANTE FATOR NA
INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

SALVADOR

2003

MADJALANE SANTOS BATISTA

**A ESCOLARIDADE COMO IMPORTANTE FATOR NA
INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Monografia apresentada no curso de graduação de
Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel
em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes

SALVADOR
2003

AGRADECIMENTOS

Obrigada Deus, por conduzir-me no caminho a seguir, pelo revigorar das forças nos momentos de desânimo, por mostrar-se bom e fiel para comigo. Graças te dou por esta conquista e pelo cumprimento dessa etapa.

Agradeço aos meus pais, pela presença constante, pela confiança e visão de um futuro melhor. Muito obrigada pelo esforço; sem a parte de vocês nada disso seria possível.

Aos verdadeiros mestres, pelo ensino e dedicação, em especial ao professor orientador Wilson Ferreira Menezes pela compreensão e paciência diante de minhas limitações.

Aos profissionais da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), dentre eles Vânia Moreira e Leormínio Bispo Filho, meus sinceros agradecimentos pelo fornecimento dos dados que serviram de suporte à minha pesquisa.

Aos colegas e amigos que almejaram e alegraram-se comigo, pela concretização desse trabalho. E aos(as) irmãos(ãs) que intercederam para que ao final dessa “corrida de obstáculos” obtivesse a vitória.

Assim diz o Senhor:

*“Não se glorie o sábio em sua sabedoria
nem o forte em sua força
nem o rico em sua riqueza,
mas quem se gloriar, glorie-se nisto:
em compreender-me e conhecer-me...”*

Jeremias 9.23,24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	O DEBATE DA QUALIFICAÇÃO NA INSERÇÃO OCUPACIONAL: AS DUAS VISÕES PREDOMINANTES	4
2.1	A QUALIFICAÇÃO DIANTE DAS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO	6
2.2	EDUCAÇÃO SUFICIENTE	8
2.2.1	Contribuições da Teoria do Capital Humano	9
2.3	EDUCAÇÃO NECESSÁRIA MAS NÃO SUFICIENTE	11
2.3.1	Críticas a Teoria do Capital Humano	14
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM NA RMS DESTACANDO O ATRIBUTO ESCOLARIDADE	16
3.1	MUDANÇAS NO PADRÃO DE INSERÇÃO DO JOVEM E NA IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADE	17
3.1.1	O crescimento do desemprego	24
3.1.2	Precariedade das ocupações e desassalariamento	25
3.1.3	Aumento da inatividade como desemprego disfarçado	26
3.2	PERFIL OCUPACIONAL DO JOVEM DA RMS	28
3.2.1	Considerações sobre a PED	28
3.2.2	O jovem na Região Metropolitana de Salvador	30
4	ANÁLISE DA EXPRESSIVIDADE DO ATRIBUTO ESCOLARIDADE COMO FATOR DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM NA RMS	43
5	CONCLUSÕES	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1. Indicadores do mercado de trabalho juvenil de Salvador.....	31
Gráfico 1. Taxa de participação dos jovens de 16 a 24 anos segundo sexo / Regiões Metropolitanas – 1999.....	32
Tabela 2. Indicadores do mercado de trabalho juvenil de Salvador por sexo, cor, faixas de escolaridade e etárias.....	34
Tabela 3. Escolaridade dos ocupados de Salvador por sexo, raça e faixa etária.....	36
Tabela 4. Principais ocupações dos jovens de Salvador.....	36
Tabela 5. Faixas de escolaridade por posição na ocupação do jovem de Salvador.....	37
Tabela 6. Principais ocupações dos jovens de Salvador por cor.....	38
Tabela 7. Faixas de rendimento dos jovens de Salvador por alguns atributos pessoais.....	39
Tabela 8. Escolaridade dos desempregados de Salvador segundo sexo, raça e faixa Etária.....	40
Tabela 9. Taxa de desemprego dos jovens / Regiões Metropolitanas – 1999.....	40
Gráfico 2. Distribuição dos desempregados de 16 a 24 anos – Regiões Metropolitanas – 1999.....	41
Tabela 10. Escolaridade dos inativos jovens de Salvador segundo sexo, cor e faixa Etária.....	42
Tabela 11. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador por faixas etárias.....	43
Tabela 12. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador por situação ocupacional.....	44
Tabela 13. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador segundo cor.....	45
Tabela 14. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador por sexo.....	46
Tabela 15. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador segundo posição familiar.....	46
Tabela 16. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador segundo condição de migração.....	47
Tabela 17. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador segundo Setor Produtivo.....	48
Tabela 18. Escolaridade dos jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador por Quartil de Renda Mensal Média em Reais.....	48
Tabela 19. Percentual de jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador por Faixas de escolaridade e Faixas de Rendimento.....	49
Tabela 20. Percentual de jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador por Faixas de Rendimento.....	51

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a situação dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2002, levando em consideração as mudanças sofridas no decorrer da década de 90 e o impacto dessas transformações sobre as exigências de qualificação, focalizando o debate que envolve a questão da escolaridade frente as restrições da demanda por mão-de-obra, especialmente para o segmento jovem. Far-se-á uma associação entre a análise histórica e estatística com vistas ao melhor entendimento dessa realidade, procurando destacar a escolaridade como importante fator para inserção juvenil.

1 INTRODUÇÃO

Desde os fins da década de 70, a economia mundial vem sofrendo mudanças de rumo, ou seja, o capitalismo tem sofrido transformações, as quais vêm refletir tanto nas economias avançadas quanto nas economias periféricas. As grandes transformações pelas quais tem passado o sistema capitalista de produção, têm repercussão no Brasil no início da década de 90.

Tal período tem sido alvo de estudos e análises na tentativa de se verificar tanto os efeitos das transformações do capitalismo nos países centrais, como nos países periféricos. Essas mudanças amplamente observadas no quadro da economia mundial, em especial nas três últimas décadas, têm de forma consensual impactado sobre a organização das economias avançadas e também do Brasil, que por sua vez vem alterar o curso da dinâmica anterior de crescimento econômico e emprego a quase nível pleno.

A repercussão desse quadro de mudanças no mercado de trabalho do Brasil é caracterizada com o crescimento das taxas de desemprego, aumento das relações de trabalho assalariado precário e expansão da informalidade.

Com o início do processo de reinserção internacional durante os anos 80, o Brasil viu-se obrigado a reestruturar suas formas de produção, afetando assim a dinâmica do mercado de trabalho com significativas taxas de desemprego e com a piora da qualidade dos empregos assalariados.

Com a economia brasileira mantendo taxas de crescimento do PIB pouco expressivas observa-se um agravamento das condições de inserção no mercado de trabalho e consequentemente nos demais segmentos desse mercado.

Na Bahia, nota-se um acompanhamento desse processo, através das repercussões na vida social da Região Metropolitana de Salvador – RMS, ou seja, as dificuldades somam-se a um leque de problemas sociais quase todos associados ao contingente da população em situação de extrema pobreza e à desigualdade econômica que marca nossa região, como prova disso pode-se fazer referência aos precários indicadores sociais da região.

Os indivíduos que integram o mercado de trabalho tentam ajustar-se a essa nova realidade de elevada competição e queda da atividade econômica, através do incremento da escolaridade, o qual ocorre nos mais diversos setores da economia. E, o que se observa é que a força de trabalho com níveis menores de escolaridade tem sua participação cada vez mais reduzida.

O grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos, sem perder de vista a realidade econômica globalizada e cada vez mais concorrencial, é a crescente disparidade entre oferta de força de trabalho e a demanda que desenvolve-se de forma restrita e seletiva. A dificuldade de inserção e ocupação no mercado de trabalho torna-se restrita como consequência das transformações desse mercado, dessa forma despertando preocupações com os seus segmentos.

Os reflexos da desorganização do mercado de trabalho acarretaram crescente desassalariamento, crescente ocupação em postos de trabalho precário e a inatividade prolongada na busca de aumento dos níveis de escolaridade como estratégia do segmento jovem.

A crise econômica na década de 70, altera as condições de inserção dos jovens, passando de uma situação de quase pleno emprego para altas taxas de desemprego (POCHMANN, 1998a, p.35), e resultando numa expansão generalizada do desemprego juvenil, o qual assume níveis nunca observados anteriormente.

Com isso faz-se necessário novas formas de organizar o trabalho, a fim de se adaptarem as novas tecnologias, as quais exigem capacitação e qualificação, atribuindo a escolaridade certa relevância para os trabalhadores.

Duas vertentes integram o debate sobre a importância da escolaridade dentro desse quadro de frágil inserção ocupacional, tanto para os demais segmentos como para os jovens. A literatura explorada revela interpretações divergentes quanto a relevância e eficácia da escolaridade como fator que venha a minorar os efeitos seletivos e até excludentes do mercado de trabalho.

Considerando a faixa etária jovem classificada dos 15 anos aos 24 anos de idade e sendo que este segmento vem incisivamente sendo atingido pela situação do desemprego, juntamente com a forma precária de inserção, discutir-se-á as principais ocupações exercidas pelos

jovens, assim como seus níveis de rendimento frente a escolarização adquirida e a contribuição desse atributo para uma melhor qualidade de inserção diante de todas as barreiras e dificuldades dispostas no mercado nesses últimos anos.

A análise se desenvolverá com foco no segmento jovem da Região Metropolitana de Salvador relacionando a inserção ocupacional, os níveis de rendimento com a variável escolaridade, para verificar a ausência ou presença de expressividade nesse fator, utilizando os dados da PED para identificar uma relação coerente entre os elementos descritos no tema, a inserção ocupacional do jovem e a escolaridade, no âmbito do mercado de trabalho.

2 O DEBATE DA QUALIFICAÇÃO NA INSERÇÃO OCUPACIONAL: AS DUAS VISÕES PREDOMINANTES

Nesta parte pretende-se esboçar o quadro referencial teórico utilizado para levantar as questões a serem observadas no trabalho. Considerando-se as transformações da realidade econômica globalizada e seus efeitos sobre o mercado de trabalho, procura-se destacar as visões predominantes na literatura explorada, quanto ao papel desempenhado pela qualificação, trazendo assim diferentes atribuições à educação e por sua vez a escolaridade, como elemento de relevante influência na situação do trabalhador no mercado.

Como reflexo das mudanças observadas no contexto da economia mundial o Brasil vem apresentando mudanças no seu curso de crescimento econômico e emprego. A nova realidade brasileira vem se constituindo num processo de intensas transformações, a partir da inserção internacional do trabalho, transformações estas, que tem mantido o país num nível de crescimento do PIB pouco expressivo.

Especialmente a partir da década de 80, o mercado de trabalho acompanha o novo quadro de profundas transformações econômicas, as quais são expressas através da precarização das condições e relações de trabalho, gerando, ainda, inseguranças a nível de emprego, renda, contratação e representação do trabalho (MATTOSO, 1998, p.61). É desencadeado um processo de mudanças onde privilegia-se a concorrência e a competitividade, menospreza-se a regulação pública, rebaixam-se os padrões e condições de trabalho através da flexibilização, descentralização. Dessa forma, observa-se que os impactos de desemprego e insegurança no trabalho, são também decorrentes das inovações tecnológicas e da concorrência desregulada.

A capacidade de gerar empregos tem sido afetada pelas alterações na dinâmica econômica. A perspectiva de reinserção brasileira na economia internacional, vem impondo uma reconfiguração da estrutura produtiva nacional e essa nova perspectiva tem comprometido os níveis de emprego. Como consequência disso a dinâmica econômica vem modificando a capacidade de gerar empregos e modificando o próprio mercado de trabalho.

Com a adoção do modelo brasileiro de gestão da economia voltado para a abertura econômica, força-se uma drástica reestruturação produtiva no país. Tem-se a implementação de modelos de produção “enxutos”, tecnologias novas e estratégias empresariais novas. Os

reflexos dessas medidas adotadas e das transformações estruturais do capitalismo, são um mercado de trabalho com postos de trabalho precários, queda do emprego assalariado com proteção social, com ascensão dos empregos sem carteira assinada, “estágios”, contratos temporários, etc., juntamente com a queda no ritmo de expansão do emprego (BORGES, 2000, p.93).

O recente quadro macroeconômico revela influência de fatores tanto de origem externa como interna, estes por sua vez condicionam as expectativas dos agentes econômicos e afetam o desempenho da economia brasileira. Como fatores externos é válido destacar, a partir de março de 2001, a desaceleração da economia mundial, marcada pela redução do crescimento econômico europeu e norte-americano e pela recessão japonesa, aliada a crise institucional, político-econômica da Argentina.

Como fatores externos, tem-se a crise energética e a desaceleração do nível de atividade econômica, o que tem trazido redução no ritmo de crescimento nacional (SUERDIECK, 2001, p.47). As baixas taxas de crescimento da economia contribuem para a determinação da destruição dos empregos formais e da baixa geração de novas ocupações. Essa relação de causalidade é praticamente consensual, onde a baixa geração de empregos formais tem sido determinada também pelas baixas taxas de crescimento da economia (BORGES, 2000, p.93).

A baixa expansão do emprego formal agrava a situação precária do mercado de trabalho, cuja participação de atividades informais é cada vez mais freqüente em função das reestruturações na produção, dos processos organizacionais e de gestão de mão-de-obra.

O ajuste estrutural em busca de maior competitividade no mercado de trabalho é alcançado através do constrangimento da atividade econômica e pela busca de incremento da escolaridade, nos mais diversos setores da economia. Observa-se ainda, que a força de trabalho alocada com níveis de escolaridade menor tem sua capacidade cada vez mais reduzida.

Com isso, o grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos, sem perder de vista a realidade econômica globalizada e cada vez mais concorrencial, é a crescente disparidade entre a oferta de trabalho e a demanda que se desenvolve de forma restrita e seletiva. A

dificuldade de inserção no mercado de trabalho, torna-se evidente como consequência das transformações sofridas pelo mercado.

2.1 A QUALIFICAÇÃO DIANTE DAS MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

A chamada reestruturação produtiva, fundamentada num paradigma de acumulação flexível, trouxe significativas mudanças para as empresas, fazendo com que as mesmas reformulassem suas estruturas, através de novas organizações da produção e da gestão do trabalho. Estas medidas visam a redução dos custos, melhoria na qualidade e diversificação dos produtos, ampliando os mercados e a competitividade.

A flexibilidade produtiva tem impactos na área tecnológica e também está relacionada às mudanças nas relações entre as empresas. Quanto a área tecnológica, a automação rígida é substituída pela automação flexível, ou seja, substitui a base eletromecânica, contribuindo para o avanço da globalização.

No âmbito das empresas a prática da terceirização, ou seja, externalizar atividades para concentrar-se na atividade principal e reduzir custos elevando a produtividade, se generaliza. Por fim, a organização gerencial das empresas, através de novos métodos, práticas do “just-in-time”, reorientando a produção na quantidade e momento, conforme a demanda.

Através da idéia de flexibilidade, procura-se um relacionamento entre capital e trabalho com maior liberdade, com a desregulamentação do mercado de trabalho, pela forte adoção de políticas neoliberais no Brasil.

As alterações sobre as formas do emprego e os requerimentos de qualificação têm em grande parte determinado essas mudanças estruturais. As novas tecnologias têm impactado, o nível de emprego e gerado polêmicas quanto às exigências ou não de trabalhadores mais qualificados. Existe a explicação de que a tecnologia acelera o processo de desqualificação do trabalhador, conhecida como interpretação “brevermania”¹, em que na automação identifica-se o último estágio de desqualificação do trabalho. Para Harry Braverman, autor da tese de desqualificação do trabalho, as novas tecnologias não passavam de um aperfeiçoamento das

¹ Termo originário da tese do autor Braverman, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

formas de trabalho, enfatiza-se principalmente a perda de qualificação do trabalhador de fábrica e de escritório.

Outra explicação refere-se ao progresso técnico como uma forma de eliminar penosidades do trabalho, modificando as atividades para focos de controle, comunicações, o que exige mais qualificação e gera autonomia do trabalhador.

Sendo assim, notamos que o processo de reestruturação produtiva, tem sua parcela de responsabilidade na exigência de um trabalhador mais qualificado. Porém, no Brasil, onde a estrutura produtiva é concentrada em setores com postos de trabalho que exigem pouca qualificação, não desaparecem as formas de trabalho que exigem pouca qualificação.

A partir da década de 90, quando se intensifica no Brasil a reestruturação, movida pela abertura comercial e busca de aumento na concorrência. O Brasil apresentou um rápido, violento e abrupto processo de reestruturação através de medidas políticas.

O Plano Real criou uma série de dificuldades para as empresas, cujos efeitos, atingem o mercado de trabalho, aumentando o desemprego e as formas precárias de trabalho, além da redução dos rendimentos.

Com as transformações na economia do país, a partir da década de 90, a questão da educação passa a fazer parte das discussões, isso, pela internacionalização da economia brasileira e a introdução de novas tecnologias, determinando novos perfis ocupacionais onde a escolaridade básica constitui-se numa condição necessária. Consta-se com isso, que a educação passa a ser um elemento chave para o aumento da produtividade indicando um movimento de valorização da educação geral.

As atividades na RMS passaram a exigir uma maior seletividade no mercado de trabalho, permitindo que uma parcela minoritária dos trabalhadores mais qualificados consiga ocupações com contratos formais e cobertura previdenciária, enquanto a outra parcela se insere em relações de trabalho desreguladas e sem proteção (SOBRINHO, 2001, p.59).

A deteriorização do mercado de trabalho tem se evidenciado pelo expressivo crescimento do contingente de desempregados e pela redução dos níveis dos rendimentos da população ocupada.

2.2 EDUCAÇÃO SUFICIENTE

Na parte que se segue são abordadas as questões referentes a escolaridade como atributo principal para inserção ocupacional e para determinação do rendimento do trabalhador. Observa-se a educação como uma das condições necessárias para o trabalhador pleitear um posto de trabalho e focaliza-se a importância do investimento em educação diante das exigências do mercado de trabalho e pela própria cidadania.

“Dentro de uma visão global e diante das novas exigências do mercado, que surgiram juntamente com o processo de reestruturação produtiva, a educação ganha grande importância” (SALM, 1998, p.235). Esta afirmação vem elucidar uma das visões predominantes quanto ao papel desempenhado pela educação como elemento que contribui para influenciar a situação do trabalhador no mercado.

O ajustamento do mercado de trabalho às modificações sofridas na década de 90, tem levado ao surgimento de novos requisitos educacionais para os trabalhadores. Surge a preocupação com a educação escolar, como fator para qualificação dos indivíduos. Preocupação esta, também revelada através do aumento dos gastos com educação, com as reformas no nível secundário. O estímulo cada vez maior às inovações provocam também um maior interesse com a educação.

A escolarização representa, hoje, um dos processos seletivos da sociedade, ou seja, os indivíduos que têm acesso às instituições educacionais tendem a ingressar em melhores empregos, e a terem uma melhor posição hierárquica na sociedade, conseqüentemente terão um melhor padrão de vida (COSTA, 2000, p.30).

O investimento em educação é apresentado como um fator importante, especialmente pela exigência do mercado, o qual passa a selecionar trabalhadores com níveis de escolaridade maiores, além da educação ser comprovadamente importante para a própria cidadania.

As freqüentes críticas feitas a essa visão, consideram que tais estudos têm imputado ao perfil educacional as mazelas do desemprego e dos postos de trabalho precários, ou seja, a responsabilidade pelo desemprego num contexto de reestruturação produtiva é imputada ao trabalhador.

A partir da década de 90, com as transformações ocorridas na economia do país, a questão educacional passa a fazer parte das discussões e começam a surgir várias críticas ao sistema de ensino no Brasil, devido ao seu fraco desempenho. Essa preocupação com a educação surge porque a internacionalização da economia brasileira e a introdução de novas tecnologias e formas de organização do trabalho determinam novos perfis ocupacionais para os quais a escolaridade básica completa aparece como uma condição necessária.

Constatando-se que a educação passa a ser um elemento chave para o aumento da produtividade da economia brasileira algumas medidas vêm sendo tomadas por parte do governo, o discurso oficial apontando para dois eixos básicos de atuação: melhorar a qualidade do sistema educacional em todos os níveis e adequar o ensino técnico da rede pública às novas demandas colocadas pela esfera produtiva (SANTOS, 2001, p.21).

Confirma-se então que a educação tem passado por um processo de revalorização, servindo de base para a qualificação profissional.

Ao lado do pensamento recorrente de que as novas tecnologias e as formas de inserção da economia na realidade internacional necessariamente levam ao desemprego, há a generalizada percepção de que a escolaridade passa a ser um elemento decisivo para a possibilidade de alocação do indivíduo nos postos de trabalho moderno (AZEVEDO, 1999, p.14).

2.2.1 Contribuições da Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano apresenta a educação como atributo preponderante na explicação dos rendimentos diferenciados. Seu fundamento consiste na relação entre educação e rendimento, a educação muda ou aprimora as habilidades das pessoas, ampliando seus conhecimentos, conseqüentemente haverá aumento da produtividade e nos rendimentos.

Em sua origem a Teoria do Capital Humano prega que as desigualdades dos rendimentos dos trabalhadores refletem as diferentes formações educacionais dos indivíduos que compõem a força de trabalho. O suporte da teoria está na relação de causalidade entre educação e rendimento, as pessoas se educam (mudam ou aprimoram habilidades e conhecimentos) e por seu turno aumentam a produtividade permitindo maiores rendimentos.

Em geral uma pessoa com nível de escolaridade alto terá rendimentos maiores do que uma pessoa com baixo nível de escolaridade. Segundo Schultz (1973), os investimentos em capital humano são aqueles realizados visando a geração ou o aprimoramento da capacidade técnica, dos conhecimentos, os quais possibilitarão a maior capacidade e habilidade destes indivíduos para execução do trabalho produtivo e elevação dos seus rendimentos.

Segundo afirma Santos (2001, p.25), muitos estudos têm mostrado que é preciso que os indivíduos invistam em educação (capital humano), só que não mais para receberem rendimentos maiores e sim para manter-se empregados no mercado de trabalho. A educação não mais para se deter rendimentos maiores, mas para alcançar uma maior empregabilidade.

Introduz-se, portanto, o termo “empregabilidade”, o qual corresponde à capacidade do trabalhador tornar-se empregável. Isto surge num ambiente em que o indivíduo para se manter no mercado precisa de constante atualização e estudo, estando preparado para desenvolver várias carreiras e trabalhos durante a sua vida profissional.

Segundo Azevedo (1999, p.4) a idéia de que o trabalhador deve permanecer em constante aprendizado significa uma radicalização da Teoria do Capital Humano, pois, atualmente, os trabalhadores devem estar em contínua educação, não apenas para alcançar a promessa dos rendimentos superiores, mais talvez, como única chance posta ao sujeito de permanecer em condições de “empregabilidade”.

O sistema de acumulação flexível demanda um modelo ideológico justificador do individualismo na educação, a responsabilidade em sua formação/qualificação pode significar o bônus de estar ativamente no mercado de trabalho e a negligência em sua atualização o ônus do desemprego (Ibid., p.5).

Semelhantemente, Santos (2001, p.14) comenta sobre tal concepção de que o trabalhador é o principal responsável por sua situação desfavorável no mercado, caso não haja o investimento

em educação, servindo para colocar o ônus do desemprego na figura do trabalhador, desresponsabilizando o governo e sua política econômica, principais responsáveis pelo aumento das taxas de desemprego, as quais impõem constantes requisitos de novas habilitações para o trabalhador, reafirmando sua necessidade de investir em novos conhecimentos e procurar novas qualificações.

Outro aspecto importante é que o crescimento econômico está diretamente relacionado ao investimento em capital humano. A falta de desenvolvimento é explicada pela carência de mão-de-obra qualificada para trabalhar nas novas condições de tecnologia, ou seja, a falta de investimento em educação dificulta o desenvolvimento econômico.

O dinamismo econômico está cada vez mais associado ao conhecimento, às habilidades e à experiência dos trabalhadores, e não ao capital físico. Para alguns autores ligados à Teoria do Capital Humano, a educação de um povo tem impacto direto sobre o crescimento econômico de um país. Estabelece-se então uma relação de causas e efeito entre o nível educacional e a performance econômica.

O esforço escolarização/educação significará tanto condições de empregabilidade quanto aumento de produtividade e por consequência crescimento do país e criação de novos postos de trabalho.

2.3 EDUCAÇÃO NECESSÁRIA MAS NÃO SUFICIENTE

Sendo a educação alvo de críticas, no que se refere a sua eficácia em garantir aumento nos níveis de rendimento, frente as novas exigências do mercado de trabalho, avança-se a análise, demonstrando que apesar de se configurar como uma condição necessária, a educação tem sua importância relativizada passando a ser considerados também outros fatores, como por exemplo as condições macroeconômicas.

Vários autores têm discutido a importância da qualificação profissional neste novo cenário econômico, evidenciando que o mercado de trabalho tem exigido trabalhadores qualificados.

Entre esses autores, Azevedo (1999, p.12) comenta sobre a expansão da demanda de serviços, da competição internacional intensificada destruindo a produção local, das inovações tecnológicas no processo produtivo, fatores estes que vêm contribuindo para um aumento da demanda de mão-de-obra mais qualificada, em substituição ao trabalhador sem qualificação.

Pochmann (1998b, p.76), também enfatiza a necessidade de um maior nível de escolaridade para que o trabalhador, possa atender os novos requisitos profissionais, pois é indispensável para o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Conseqüentemente, têm sido imputadas ao trabalhador e ao seu perfil educacional desfavorável as mazelas do desemprego e da precariedade de sua ocupação, num contexto de reestruturação produtiva. Partindo desse ponto de vista, se explica a questão do desemprego, pelas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro.

Em face da vertiginosa rapidez como vem se dando a exclusão de amplos contingentes da força de trabalho – seja, entre outras coisas, pelo desemprego tecnológico, seja pela abrupta obsolescência de consolidados ofícios – tem-se buscado na própria figura do indivíduo que procura trabalhar, possíveis aspectos restritivos à sua inserção ocupacional (SANTANA, 1999, p.44).

E ainda, que nos dias atuais o mercado de trabalho passou a exigir da mão-de-obra no que diz respeito àquelas características que conformam os seus atributos de qualificação, os quais seriam determinantes não só para a sua empregabilidade, como também para sua concreta inserção e valorização.

Esta interpretação do problema do desemprego credita ao trabalhador e ao seu perfil educacional desfavorável a responsabilidade de estar desempregado. Porém, é importante ressaltar que a qualificação profissional, por si só não garante emprego; este depende de condições macroeconômicas favoráveis que gerem crescimento econômico capaz de criar postos de trabalho.

Sendo assim, a educação configura-se como uma das condições necessárias para o trabalhador pleitear um posto de trabalho, mas não suficiente. É importante o investimento em educação por parte de todos, pois o mercado tem exigido trabalhadores com níveis de escolaridade maiores.

Todavia, é preciso relativizar a importância da educação na inserção do trabalhador no mercado, assim como na sua condição ocupacional, pois além de não garantir emprego, a qualificação da força de trabalho envolve outros atributos que não se restringem apenas à escolaridade. A experiência do trabalho acumulada, o tempo de permanência no emprego e os cursos de especialização são outras formas de qualificação profissional que são relevantes nos processos de seleção do trabalhador.

Estudos têm mostrado que as pessoas com níveis de escolaridade maiores são menos afetadas pelo desemprego em relação aos indivíduos de pouca escolaridade. Ainda assim, é importante reafirmar que embora a força de trabalho mais escolarizada possa estar mais preparada para lidar com o novo padrão produtivo, seu efetivo aproveitamento no mercado de trabalho irá depender das condições econômicas do país, do nível de crescimento econômico e de sua capacidade de gerar novos postos de trabalho que será fruto das estratégias que as empresas irão definir, através dos investimentos em novos negócios. Por isso, a escolaridade por si só não é capaz de garantir emprego (SANTOS, 2001, p.29).

Para alguns autores a melhoria no perfil educacional leva as empresas a serem mais seletivas no processo de contratação, pois com as dificuldades que se apresentam no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro – com as elevadas taxas de desemprego, aumento da informalidade e a falta de perspectivas sobre a possível retomada do crescimento – as empresas têm maiores poderes na hora de contratar.

Na visão de Azevedo (1999, p.15) houve uma melhora no nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no mercado de trabalho da RMS, embora não acredite que ocorreu um aumento na demanda por trabalhadores qualificados, tendo ocorrido uma melhora na escolaridade dos que permaneceram ocupados, indicando que houve uma diferenciação na política de dispensa, maior que nas admissões em favor dos mais escolarizados.

É possível que esteja ocorrendo no mercado a utilização de trabalhadores qualificados em postos de trabalho que não exigem tal qualificação. Tal fenômeno pode ser resultado do acirramento da competição no mercado de trabalho, fruto das elevadas taxas de desemprego, que têm levado à marginalização dos trabalhadores com baixa escolaridade.

O fato das ocupações estarem sendo preenchidas por trabalhadores com maior nível educacional em detrimento daqueles com pouca escolaridade parece se referir muito mais a um estímulo da oferta, com a existência de muitos trabalhadores qualificados ofertando sua força de trabalho, do que da demanda de mão-de-obra que tem oferecido postos de trabalho inferiores.

O aumento da escolaridade da população jovem na RMS, constatado na década de 90, não tem garantido aumento da empregabilidade e ainda a influência da escolaridade na diminuição do nível de perdas nos rendimentos mostra queda maior entre jovens ocupados com escolaridade média (1º e 2º grau completo), gerando questionamentos quanto a elevação da escolaridade como estratégia de maiores rendimentos, afirma Mendonça (1999, p.67).

2.3.1 Críticas a Teoria do Capital Humano

Classificada como abordagem ortodoxa a Teoria do Capital Humano tem suas falhas apontadas através de outras teorias onde a educação desempenha outros papéis. Essa teoria foi criticada por autores de origem neoclássica que questionam o efeito da educação sobre o desempenho real do trabalhador.

A Teoria do Filtro, desenvolvida por Arrow vê a educação como um processo que filtra as pessoas, distinguindo aquelas aptas para treinamento dentro da empresa, e, por outro lado, as pessoas que não têm aptidão. Assim diminui a necessidade de se fazerem testes com os candidatos. A educação não tem um papel dinâmico sobre a distribuição de renda e a pobreza. Há vertentes que radicalizam esta teoria para uma visão na qual a educação serve apenas como credencial para seleção dos candidatos, sem que ela mesma desempenhe algum papel sobre a produtividade do trabalhador (SIEG, 1997, p.10).

O autor Sieg (1997, p.11) comenta ainda sobre a abordagem do emprego-competição a qual sugere que a qualificação da mão-de-obra é muito mais determinada pela demanda por ela do que pela oferta, isto significa que a qualificação acontece no lugar de trabalho. A estrutura produtiva determina, através disso a estrutura da qualificação da mão-de-obra.

A educação desempenha um papel no campo de competição entre os trabalhadores, pois as empresas preferem as pessoas com mais educação por serem mais treináveis dentro do emprego.

Mais educação traduz-se em média em renda maior para um indivíduo isolado, mas não é provado que a renda aumenta se todos adquirirem melhor educação. A Teoria do Capital Humano tem uma visão individualista e geralmente não analisa o lado da demanda por trabalho.

Há também a análise do mercado dual de trabalho a qual introduz categorias que a teoria neoclássica não contempla como fatores institucionais e culturais. No primeiro deles, o segmento primário, existe um mercado interno, em cada empresa do segmento, onde os empregados têm possibilidade de carreira, uma certa estabilidade no emprego e maiores salários. No segundo, o mercado secundário, existe forte instabilidade no emprego, sem possibilidades de carreira e os salários são menores.

Nos empregos do segmento primário, o aumento da escolaridade proporciona maiores rendimentos o que não acontece com os empregos do segmento secundário no qual aumentos de escolaridade não proporcionam, necessariamente, aumentos de rendimentos.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM NA RMS DESTACANDO O ATRIBUTO ESCOLARIDADE

Essa etapa do trabalho destaca, especificamente, as principais transformações recentes no padrão de inserção ocupacional do jovem brasileiro e da Região Metropolitana de Salvador (RMS), considerando que esta parcela do mercado vem sendo incisivamente atingida pelas formas precárias de inserção e pelo desemprego. Além de discutir a inserção ocupacional do jovem diante das mudanças, far-se-á um retrato da realidade juvenil utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da região.

Um novo desafio que se coloca nos últimos anos é o crescente envelhecimento populacional brasileiro, trazendo um expressivo contingente de jovens e adolescentes (15 à 24 anos), a chamada inércia demográfica, ou seja, o crescimento da população é um dos significativos determinantes do número de jovens deste começo de século, o que nos leva a pensar que o Brasil ainda é um país de jovens.

Associado a isto tem-se o desafio da reestruturação econômica e da adoção das novas tecnologias, as quais dependem menos de mão-de-obra e de uma demanda cada vez maior de capacitação para aqueles que estão em busca de sua primeira experiência empregatícia.

A preocupação com esse segmento e com essa questão, se dá não somente pela magnitude e pelo momento no ciclo vital (de transição entre a infância e a fase adulta), mas também pelas dificuldades experimentadas num contexto de carência de políticas públicas específicas. Não se deve permitir que a dualidade da condição dos jovens obscureça a fragilidade que caracteriza a transição de sua condição inativa, para a maturidade da idade adulta, perante as responsabilidades sociais.

É relevante o estudo do processo de inserção dos jovens na força de trabalho, visto que representam a força de trabalho futura.

3.1 MUDANÇAS NO PADRÃO DE INSERÇÃO DO JOVEM E NA IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADE

O mercado de trabalho encontrado pelos jovens de hoje é muito diferente do mercado de trabalho encontrado pelos seus pais. Atualmente, os contratos temporários e a informalidade sofreram significativo aumento, os jovens recebem salários mais baixos, estão mais desprotegidos, sem acesso aos benefícios da rede de proteção social, como previdência, saúde, seguro-desemprego e ainda os crescentes obstáculos para a obtenção do primeiro emprego.

Fortemente influenciadas pela reestruturação produtiva e pelas condições adversas do mercado, as novas gerações são expostas a crescente dificuldade de encontrar seu primeiro emprego, às elevadas taxas de desemprego e ao aumento da idade de início da vida ativa, provocado tanto pelo desemprego quanto pela necessidade de se ampliar a formação escolar. Com isso os jovens são levados a conquistar cada vez mais diplomas elevados, visando uma melhor chance de inserção.

No caso brasileiro, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho da geração jovem soma-se ainda ao leque de problemas sociais, associados à situação de desigualdade econômica e extrema pobreza que marca nossa sociedade.

Fica evidenciado que o país precisa de um preparo para enfrentar o chamado “problema da juventude”, que segundo Borges (2000, p.92) apresenta-se na elevadíssima taxa de desemprego juvenil, nos elevados índices de criminalidade, na violência e nas drogas, problema este que necessita de tratamento adequado, considerando sua magnitude e complexidade para a sociedade brasileira.

Já a partir da década de 80, começaram a se manifestar as dificuldades de incorporação de novos contingentes de trabalhadores. Nesse período sinalizou-se a queda no ritmo de expansão do emprego assalariado e a multiplicação dos empregos sem carteira assinada, etc. Com a estagnação econômica ocorrida na década de 80 e a elevada inflação alguns dos efeitos provocados foram: a queda no poder de compra dos salários e elevação da participação dos trabalhadores sem contrato de trabalho. Observa-se, então, nessa década um rompimento da tendência da estruturação do mercado de trabalho iniciada nos anos 30.

No período de 1930-80 o Brasil atravessou um forte movimento de estruturação do mercado de trabalho, através da ampliação dos empregos assalariados, com registro formal, redução da participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração, por conta própria e ainda do desemprego (MENDONÇA, 1999, p.20).

Além desses fatores econômicos a dinâmica do mercado foi influenciada por questões políticas, pois nesse período concretizou-se a institucionalização das relações de trabalho com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

Apesar do movimento do mercado de trabalho em torno dos empregos assalariados formais, havia uma variedade de situações intermediárias entre o emprego e o desemprego e permaneciam os tradicionais problemas: informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdade de rendimentos característicos de economias subdesenvolvidas.

Finalmente nos anos 90, a desestruturação do mercado de trabalho evidenciou-se, marcada por um aumento excessivo do desemprego e um movimento de desassalariamento, com crescimento dos ocupados sem remuneração e trabalhadores por conta própria (MENDONÇA, 1999, p.22) .

Com a diminuição dos postos de trabalho, a crise econômica desloca trabalhadores para a informalidade, como alternativa de ocupação para assalariados desempregados pelo mercado de trabalho formalizado na década de 80.

Assim, nos anos 90, confirmaram-se as tendências anteriormente estabelecidas, sendo o Brasil alvo da queda no ritmo de expansão da ocupação e os vínculos precários superaram os vínculos formais. Essas mudanças são consequência não somente das transformações estruturais do capitalismo como do modelo de gestão da economia brasileira adotado a partir de 1990, baseado na súbita abertura da economia, forçando a reestruturação produtiva e a adoção de modelos de produção “enxutos”, novas tecnologias e estratégias empresariais.

Inclui-se com isso a externalização dos custos através da terceirização, a qual elimina de forma maciça os postos de trabalho assalariado criando condições para expansão de produção sem correspondente na expansão do emprego.

A estrutura de produção brasileira a partir do governo Collor em 1990 esteve exposta a um acirrada competição estrangeira e isso sem um política clara de reestruturação industrial e de um modelo de desenvolvimento. Tal política de abertura econômica levou a quebra de alguns setores mais frágeis da cadeia produtiva impondo às empresas que sobreviveram uma nova forma de produção.

Com o Plano Real e a sobrevalorização da moeda nacional (aumentando a competitividade dos produtos importados) e as elevadas taxas de juros (desestimulando investimentos produtivos de longo prazo) acentuou-se a reestruturação econômica.

Sem uma política de orientação a esse processo de inserção internacional, as estratégias empresariais têm sido construídas predominantemente sobre a base de redução de custos, ampliação do desemprego, precarização das condições de trabalho, ampliação da jornada de trabalho e aumento da desigualdade social.

Dessa forma as empresas conduzem suas estratégias no sentido de externalizar os custos e as parcelas menos rentáveis da produção e internalizar inovações tecnológicas e organizacionais que resultam em cortes de pessoal, elevação da jornada de trabalho e individualização das regras de formação dos salários (MENDONÇA, 1999, p.23).

Os processos produtivos têm sofrido uma forte desverticalização e terceirização juntamente com medidas de maior flexibilização das relações de trabalho. Essas transformações diante de um quadro de baixo crescimento da economia nacional, acabaram repercutindo no mercado de trabalho pela elevação das taxas de desemprego, pelo desassalariamento (perda de participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação) e pela geração de postos de trabalho precários (POCHMANN, 1998a, p.60).

Tal lógica de estabilização monetária implementada a partir de 1994, contribuiu na determinação das baixas taxas de crescimento da economia e conseqüentemente na baixa geração de ocupações, bem como na destruição dos empregos formais.

Nesse quadro, observa-se que o desemprego não deixou de ser seletivo, expondo assim diversos segmentos sociais, dentre estes mais expostos estão os jovens, numa sociedade onde a população depende unicamente rendimento do trabalho.

Na década de 90, estudos apontam para uma elevação expressiva da taxa de escolarização dos jovens, que apesar disso, é acompanhada de um persistente analfabetismo e da elevada defasagem idade/série (BORGES, 2000, p.95).

Conclui-se que os ganhos de escolaridade, conquistados na última década, não podem obscurecer o fato de que a maioria dos jovens baianos ainda não alcançou o patamar mínimo de escolaridade necessária para lutar por uma inserção menos precária no mercado de trabalho, o qual corresponde, hoje, ao diploma do ensino fundamental. Observa-se que, na RMS, o diploma do ensino médio tende a colocar-se como pré-requisito para grande parte dos empregos (BORGES, 2000, p.95).

As mudança no padrão de atividade dos jovens configurada na década de noventa, diferentemente daquele vigente na década passada, quando as taxas de desemprego eram muito baixas apontam para um agravamento da situação desse grupo etário no mercado de trabalho e as conseqüências desse desemprego em larga escala dizem respeito não apenas aos jovens mas ao conjunto da sociedade. Isto porque, ao atingir os jovens mais pobres, menos escolarizados causa a elevação dos índices de criminalidade juvenil, de conduta anti-social e/ou autodestrutivas, das quais esses jovens são as principais vítimas. Além disso, a exclusão de numerosos jovens significa um desperdício da capacidade de trabalho e de produção de riquezas numa sociedade de elevados déficits sociais (BORGES, 2000, p.100).

O atual contingente de jovens excluídos do trabalho e/ou da escola, são os principais candidatos ao núcleo da exclusão das próximas décadas. De outra forma, os jovens que estão buscando obter diplomas de nível médio ou superior, também correm o risco de não conseguirem um espaço no mercado, apesar de suas maiores chances de inserção, indicando a fragilidade do discurso que encontra no sistema educacional e na permanência na escola a solução para o problema do desemprego juvenil.

Mostra-se que, embora a elevação dos níveis de escolaridade seja também uma necessidade ditada pelas atuais exigências do mercado de trabalho, o qual utiliza o diploma como critério seletivo, considerando as restrições da demanda por mão-de-obra, os efeitos desse fator sobre a inserção dos jovens serão pouco eficazes.

Diante da explícita necessidade de uma retomada no crescimento da economia brasileira para que haja uma redução do desemprego para a geração jovem, constata-se a escassez das oportunidades de trabalho ou a precariedade do emprego. Está cada vez mais difícil encontrar uma alternativa de inserção que acene para alguma possibilidade de carreira (BORGES, 2000, p.101).

Segundo Pochmann (1998 a, p.24) “O padrão de inserção ocupacional refere-se à passagem da situação de inatividade para a de atividade, que pode significar tanto que o jovem está ocupado como que está em busca de emprego.” Esse processo constitui-se na trajetória do sistema escolar para o produtivo, sendo apreendido através das taxas de inatividade, desemprego e ocupação desse grupo etário.

Comparada com o trabalho adulto, a inserção ocupacional do jovem é marcada por maior alternância entre procura por trabalho e passagem por diferentes ocupações. Costuma também ser elevado o peso das atividades precárias, assumindo caráter temporário ou servindo como “porta de entrada” para o mercado de trabalho.

Quanto maior o grau de heterogeneidade do mercado de trabalho, o que se traduz em diferentes formas de uso e de remuneração da mão-de-obra, o processo de inserção se torna mais complexo. As situações de emprego, desemprego e subemprego são mais facilmente confundidas em mercados mais informalizados.

Na visão de Pochmann (1998 a, p.26), quatro segmentos que esclarecem, melhor a dinâmica dos diferentes padrões de inserção profissional dos jovens quanto da heterogeneidade desse mercado de trabalho são: o profissional, o segmento interno, o segmento externo e o não organizado.

No segmento profissional, o diploma de conclusão do curso funciona como um passaporte a ser utilizado na trajetória ocupacional, a inserção do jovem ocorre mais tarde, após a conclusão dos estudos pós obrigatórios (níveis secundário e superior), sendo necessário uma fase de inatividade mais longa, dedicada a educação, retardando o ingresso no mercado para após os 20 anos de idade em postos de trabalho superiores.

A inserção no mercado de trabalho interno, refere-se às grandes empresas, em que se estabelece a ascensão funcional através dos programas de carreira que estimulam a aquisição da formação especializada e do tempo de serviço na empresa. A passagem por vários cargos ao longo da vida ativa é acompanhada de elevação salarial e do status profissional. É necessário, no entanto, o acesso à escolaridade básica e intermediária, e o ingresso no mercado de trabalho é geralmente depois dos 15 anos de idade.

No mercado de trabalho externo, a demanda de mão-de-obra é exercida por empresas de menor porte, sendo a concorrência entre trabalhadores de diferentes faixas etárias geralmente pouco regulada. A mão-de-obra utilizada nos postos de trabalho mais simples exige baixa qualificação profissional e elevada instabilidade contratual. O controle da concorrência é reservado aos mecanismos de regulação pública, há elevada flexibilidade quantitativa, através de diversas formas de uso e remuneração dos trabalhadores. Não há muitas perspectivas de estabilidade contratual e plano de carreira, o que desestimula a maior capacitação profissional. O ingresso nesse mercado tende a ocorrer antes ou após a conclusão do ensino obrigatório, o que freqüentemente se vê no Brasil.

Por fim, no segmento não organizado do mercado de trabalho, as condições de trabalho e remuneração são extremamente flexíveis e instáveis, sem garantias de direitos ou até mesmo ilegais. As dificuldades nesse segmento são acrescidas de precariedade e instabilidade. Predominam jovens que não concluíram o ensino obrigatório.

Identificados os segmentos principais mesmo para os mercados mais estruturados². No mercado de trabalho interno situam-se os empregos mais estáveis, salários mais elevados, produtividade alta, emprego de tecnologia moderna, capital intensivo, maiores exigências de qualificação da mão-de-obra, além de possibilidades de treinamento e promoção dentro da própria firma. Como a contratação de jovens nesse mercado aparece como condição necessária de renovação do quadro das empresas, constitui-se, portanto, numa demanda específica para este grupo etário.

Já no mercado externo, observa-se alta rotatividade da mão-de-obra, baixos salários, baixa produtividade, utilização mais intensiva do trabalho com menores exigências de qualificação além de poucas oportunidades de promoção funcional.

² Ver teoria da segmentação dos mercados em Lima, Ricardo. Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro.v.10, n.1, abr.1980.

As recentes modificações na estrutura econômica brasileira com reflexos na geração de postos de trabalho no mercado interno reforçada pelas eliminações de empregos nas grandes empresas, têm dificultado a inserção do jovem nesse mercado. Paralelamente, a externalização de partes da cadeia produtiva para atividades a serem desenvolvidas por micro e pequenas empresas tem se constituído numa das poucas oportunidades de emprego para os jovens, não raras as formas mais precárias de contratação (MENDONÇA, 1999, p.23).

A inserção ocupacional dos jovens na década de 80, passa por profundas alterações. Pochmann (1998b, p.15) afirma: “Em parte isso representa um dos sintomas de um processo mais geral de desestruturação do mercado de trabalho, iniciado nos anos 80 e estabelecido com mais clareza na década de 1990. Este processo tem como fatores fundamentais, além das elevadas taxas de desemprego aberto, o desassalariamento (perda da participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação) e a geração de postos de trabalho precários”.

Com isso, o antigo padrão de estabilidade de inserção ocupacional do jovem nas economias avançadas é interrompido, alternando a condição de quase pleno emprego e da relativa facilidade na transição do sistema escolar para o sistema produtivo.

Maior instabilidade ocupacional tem caracterizado a transição da inatividade para a atividade (situações alternadas de desemprego e ocupação), também precariedade nas condições e relações de trabalho (crescimento de contratos temporários ou em tempo parcial), menores possibilidades de mobilidade social (ampliação das ocupações de baixa qualificação e que não apresentam perspectivas de crescimento profissional) e exclusão (o crescimento do desemprego de longa duração).

Diante desse quadro e dentre as principais tendências do mercado de trabalho, destacam-se o crescimento do desemprego, a precariedade da ocupação e desassalariamento e o aumento da inatividade como desemprego disfarçado. Características do processo de desestruturação do mercado de trabalho, iniciado nos anos 80 e estabelecido com mais clareza na década de 90. Os jovens em especial, terminam por não dispor de condições de equidade em meio à acirrada concorrência do mercado de trabalho.

3.1.1 O crescimento do desemprego

Considerando a dificuldade da economia de gerar postos de trabalho de forma compatível com os novos contingentes de mão-de-obra que chegam ao mercado, nota-se o agravamento do desemprego dos anos 70 em diante, o emprego juvenil é acentuado para este grupo específico da população.

Juntamente com o crescimento quantitativo o desemprego juvenil tem apresentado manifestações qualitativas mais complexas. A heterogeneidade das formas de contratação (contratos parciais e temporários) e de ocupação (aumento dos conta própria) tem tornado mais indefinido os limites entre ocupados e desempregados.

Uma nova tipologia para o desemprego juvenil é proposta para acompanhar a atual realidade: *o desemprego de inserção*, o qual integra os indivíduos que buscam o primeiro emprego, ou aqueles que se encontram freqüentemente em condição de desemprego, somente interrompida por contratos temporários; *o desemprego de reestruturação* para os que perderam o emprego na grande empresa que adotou inovação organizacional e tecnológica; e *o desemprego de exclusão* para os desempregados de longa duração (POCHMANN, 1998a, p.98).

Tais formas diversificadas de desemprego, reforçam a importância da análise do desemprego oculto dentro do grupo jovem além de dar conta dos atuais processos de dificuldade de geração de empregos (desemprego de inserção) e intensas transformações da organização da produção (desemprego de reestruturação).

No mercado brasileiro observa-se também uma crescente dificuldade de absorção de novos contingentes de mão-de-obra que a ele se apresenta. Pochmann (1998a, p.47), a partir de dados do IBGE, descreve o peso da participação jovem no total da população desempregada. Em 1996, do total de desempregados do país, 52,9% era formado por jovens de 10 a 24 anos de idade. Entretanto essa taxa refere-se ao desemprego aberto, podendo portanto, apresentar valores ainda mais elevados onde o mercado de trabalho é menos estruturado e o desemprego oculto tem um peso relevante na captação do fenômeno de desocupação.

Nos últimos anos as taxas para a RMS, comparadas às outras cinco regiões metropolitanas³ onde a PED é também realizada, alcançaram o mais elevado nível do país. O acentuado aumento do desemprego da população em idade mais produtiva, indica o agravamento da situação do mercado de trabalho na medida que, para estes indivíduos, é de se esperar como fruto da mais elevada experiência e qualificação uma maior estabilidade profissional.

Além disso, o desemprego nesse grupo etário tem efeitos sobre a dinâmica familiar, quase sempre coincidindo com a perda da renda principal para a família e na queda significativa do padrão de vida de seus membros.

O comportamento do desemprego parece refletir de um lado o acirramento da concorrência entre os trabalhadores, principalmente os de mais baixa qualificação e de outro lado uma incapacidade da economia da RMS de gerar postos de trabalho mais qualificados.

3.1.2 Precariedade das ocupações e desassalariamento

Outro fator de efeito negativo sobre o nível de emprego dos jovens é o acirramento da concorrência intercapitalista, o qual gerou um forte processo de racionalização produtiva. Os níveis de emprego impulsionados pela externalização das atividades das grandes empresas trazendo evolução do emprego nas pequenas e micro empresas, não foram entretanto suficientes para compensar a contração das ofertas de mão-de-obra no mercado de trabalho interno. Deslocando o segmento juvenil para o segmento externo do mercado de trabalho, onde predominam relações de trabalho mais precárias.

Mendonça (1999, p.43) afirma que: “além disso, a interpretação do desemprego juvenil nos anos 80 e 90 como um problema particular e circunscrito à gestão da transição profissional, não mais como um sintoma de um processo geral de níveis mais baixos de atividade (como se pensava nos anos 70), teve implicações nas políticas de trabalho desenvolvidas nesse período”.

Com isso, o sistema educacional foi reorganizado buscando um perfil mais adaptado às novas exigências de qualificação. No âmbito do mercado de trabalho procurou-se corrigir as imperfeições através do incentivo à contratação de trabalhadores jovens com base na redução

³ São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Recife.

dos custos (redução dos encargos sociais) e em regimes de trabalho mais flexíveis (temporários e parciais).

Sendo assim, acarretou-se o crescimento da precariedade das formas de contratação da mão-de-obra juvenil, com aumento da participação das ocupações em tempo determinado ou parcial, como fruto da ausência de uma oferta de empregos regulares em níveis correspondentes.

O crescimento das atividades por conta própria foi introduzido também a partir do processo de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação), tendo ainda a diferenciação do trabalhador autônomo para empresa e para o público, o primeiro, caracterizado por jovem de maior escolaridade e experiência profissional, o segundo, por jovem de escolaridade mais baixa.

No Brasil, o desassalariamento é fruto tanto da destruição de postos de trabalho assalariado como da expansão do trabalho autônomo. A contrapartida do desassalariamento é o crescimento do trabalho autônomo, quando são mais frequentes baixas remunerações, elevada instabilidade ocupacional e jornadas irregulares.

Na RMS, o não registro de um processo de desassalariamento parece ter como principal contrapartida a proliferação dos pequenos negócios, pouco estruturados e que contribuem para a informalização do assalariamento. Segundo Borges (1995, p.78), a expansão do chamado mercado informal vem se dando, em grande parte, pelo crescimento do número de pequenos negócios ou empresas não registradas, que utilizam o trabalho assalariado contrariando, de certo modo, uma idéia muito difundida de que este setor é constituído, principalmente por trabalhadores autônomos que sobrevivem apenas de pequenos negócios e biscates.

3.1.3 Aumento da inatividade como desemprego disfarçado

O aumento da escolaridade que quase sempre acompanha o processo de dificuldade de inserção no mercado de trabalho, vem sendo utilizado como estratégia de fortalecimento da formação profissional, capaz de ampliar as oportunidades de inserção individual em um mercado de escassez de empregos e maior competição entre trabalhadores pelas vagas existentes.

Pochmann (1998a, p.80) comenta sobre as limitações dessa estratégia para o mercado de trabalho como um todo: “num contexto de baixa evolução do emprego perante a oferta de mão-de-obra, a evolução do nível de formação pode contribuir tanto para elevar a concorrência entre o trabalho provocando neste caso, a substituição de pessoas com menor qualificação pela de maior nível de formação, em determinados postos de trabalho, quanto para degradar a qualidade da formação profissional nos postos de trabalho mais simples”.

A postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho tem repercutido sobre alguns mecanismos tradicionais de emancipação da juventude. A ausência da independência financeira postergou também decisões de constituição da família e de moradia fora da casa dos pais. Para alguns jovens este processo de adiamento da entrada no mundo adulto traduziu-se também em poucas oportunidades para desenvolver responsabilidades e o amadurecimento um fenômeno que vem sendo denominado por alguns psicólogos e educadores de “prolongamento da adolescência” (ZAGURY, 1999).

Em outros casos, a falta de perspectivas de realização profissional tem influenciado direta e indiretamente a vivência, pelo jovem, de formas de escapismo social, violência urbana, drogas, etc (Pochmann, 1998b).

Segundo Mendonça (1999), no Brasil, o jovem tem mantido praticamente inalterada a situação de inatividade (passando de 52,8% do total da população juvenil em 1988, para 53,6% em 1997). Observa-se então uma constante pressão desse segmento sobre o mercado brasileiro assim como uma menor utilização do dispositivo de alongamento da inatividade como alternativa de postergação do desemprego ou de melhor preparação para o ingresso num mercado de trabalho competitivo.

O prolongamento da inatividade depende também de fatores não diretamente ligados ao mercado de trabalho, podendo-se citar entre estes, as possibilidades de financiamentos desta condição pela própria família do jovem ou ainda o grande desenvolvimento e expansão do sistema escolar.

Portanto, as explicações para o retorno do jovem a condição de inatividade, não podem ser resumidas a uma questão de escolha individual, devendo-se considerar fatores outros, tais

como o de ordem econômica e da própria oferta do sistema educacional, capazes de viabilizar ou não essa alternativa ao jovem brasileiro.

3.2 PERFIL OCUPACIONAL DO JOVEM DA RMS

A presente análise aborda as questões do trabalho juvenil em Salvador, baseando-se nas informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)⁴. Essa pesquisa vem sendo realizada na RMS, desde julho de 1996, em convênio entre o Estado da Bahia, através da SEI e da Setras, e a UFBA.

Foram classificados como jovens todos os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, os quais foram divididos em duas faixas etárias: (i) adolescentes entre 15 e 17 anos e (ii) jovens adultos entre 18 e 24 anos.

3.2.1 Considerações sobre a PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho.

A unidade amostral utilizada é o domicílio, sendo coletadas informações mensalmente através de entrevistas com os moradores com dez anos de idade ou mais. A escolha da PED como fonte de dados para o desenvolvimento do trabalho, baseou-se na utilização de uma metodologia mais compatível com a realidade de um mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo, como é o caso brasileiro e especificamente o da RMS.

A PED trabalha com a taxa de desemprego aberto (calculada para um período de referência de 30 dias) além de divulgar taxas de desemprego oculto por desalento (medida acolhida pela OIT) e o desemprego oculto por trabalho precário. Este último é inovação introduzida pela PED e não comparável internacionalmente.

⁴ A PED segue orientação metodológica da Fundação Seade, do Estado de São Paulo, e do Dieese.

Nesta análise utilizar-se-á os conceitos descritos abaixo:

População em Idade Ativa (PIA) – Contingente da força de trabalho potencial na região estudada, categoria econômica correspondente à população na amostra, com dez anos ou mais.

População Economicamente Ativa (PEA) – Corresponde à força de trabalho efetivamente ofertada no mercado, categoria referente à parcela da PIA que se encontra na posição de ocupada ou desempregada.

Ocupados – Indivíduos que exercem alguma forma de trabalho, com ou sem remuneração, e que não estão procurando trabalho diferente do atual. Este grupo subdivide-se em: assalariados (com ou sem carteira), autônomos, empregadores, trabalhadores domésticos, que nos sete dias anteriores à pesquisa exerceram algum tipo de atividade econômica regular.

Desempregados – Pessoas que involuntariamente encontram-se sem trabalho, seja por falta de oportunidade ou por exercerem alguma atividade regular, mas manifestam o desejo de sair dessa situação.

Desemprego Aberto – São pessoas que, sem ocupação estão efetivamente procurando trabalho no período de 30 dias anteriores à entrevista e não exerceram qualquer atividade nos últimos sete dias.

Desemprego Oculto por Trabalho Precário – São pessoas que possuem ocupações irregulares (sem algum tipo de garantia ou previsibilidade de continuidade do trabalho atual ou de um próximo trabalho quando terminado aquele que ele realiza) e que estão procurando trabalho.

Desemprego Oculto por Desalento – Corresponde àquelas pessoas que estão desempregadas e não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, mas que procuraram nos últimos 12 meses, pelo menos durante 15 dias, e que ainda precisam, no momento da pesquisa, trabalhar.

Inativos – Parcela da PIA que não está trabalhando mas também não se mostrou disponível ao trabalho ou sequer manifestou a necessidade de trabalhar.

Rendimento do Trabalho – Rendimento monetário bruto, sem descontos de imposto de renda e previdência, efetivamente recebido, referente ao mês imediatamente anterior ao da pesquisa. No caso dos empregadores, autônomos e demais posições é considerada a retirada mensal.

Taxa de Participação – Relação entre a PEA e a PIA (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas em idade ativa incorporadas ao mercado de trabalho como ocupados ou desempregados. A taxa de participação expressa portanto a pressão da população sobre o mercado de trabalho.

Taxa de Desemprego – Relação Desempregado/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Expressa a participação relativa do total de desempregados no conjunto da população ativa.

3.2.2 O jovem na Região Metropolitana de Salvador

a) inserção ocupacional

Percebidas em linhas gerais as mudanças no mercado de trabalho do Brasil e da RMS, nesta última década, analisa-se a seguir os efeitos dessas condições sobre a inserção ocupacional dos jovens na referida região.

A problemática da inserção ocupacional do jovem envolve fatores tanto sociais e econômicos quanto individuais e familiares. A mão-de-obra juvenil vem sendo amplamente utilizada, como estratégia de redução de custos diante do aumento da concorrência entre as empresas e as mudanças de padrão de regulação internacional o que conseqüentemente tornam precárias as condições de trabalho.

Analisando-se a estrutura do mercado de trabalho juvenil, observamos que os jovens representam uma parcela significativa do mercado com alta taxa de participação, contudo diante da nova realidade esse segmento tem enfrentado a pequena capacidade de absorção ocupacional do mercado atual, traduzindo-se nas elevadas taxas de desemprego. O número restrito de ocupações que absorvem os trabalhadores jovens torna cada vez mais acirrada a concorrência entre esses, fazendo com que surjam novas formas de discriminação nesse segmento.

A Tabela 1 expõe, num primeiro momento, a relevância do segmento juvenil frente as outras faixas etárias da sociedade. A taxa de participação dos jovens entre 15 e 24 anos é de 62,9%, comparando com a taxa do conjunto da população (60,7%), observa-se a pressão do segmento sobre o mercado de trabalho. Sendo assim, 47,1% dos indivíduos nessa mesma faixa etária encontram-se em inatividade.

Os jovens que encontram-se ocupados correspondem a 61,9%, o que revela a alta taxa de desemprego (38,1%), acima até mesmo da média do mesmo período em Salvador para todos os segmentos (24,6%).

Os jovens em idade ativa, ou seja, potencialmente aptos para o ingresso no mercado, distribuem-se da seguinte maneira: 38,9% ocupados, 23,9% desempregados e 37,2% inativos. Do total de desempregados 96,9% estão em busca de sua primeira experiência de trabalho, a maioria dos jovens que já tiveram sua primeira experiência de trabalho encontra-se (84,5%) na faixa etária de 18 a 24 anos.

Dentre os jovens adolescentes com 15 a 17 anos 57,1% buscam pela primeira vez um experiência no mercado, para os jovens adultos 30,9% buscam emprego pela primeira vez. Apenas 15,5% (faixa de 15 a 17 anos) e 84,5% (18 a 24 anos) tiveram alguma experiência de trabalho.

Tabela 1
Indicadores do mercado de trabalho
juvenil de Salvador – 1997 a 2001

Indicador	Taxa	Indicador	Taxa
Taxa de participação	62,9	PIA ocupada	38,9
Taxa de ocupação	61,9	PIA desempregada	23,9
Taxa de desemprego	38,1	PIA inativa	37,2
Taxa de inatividade	37,1	TOTAL	100,0

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p.70.

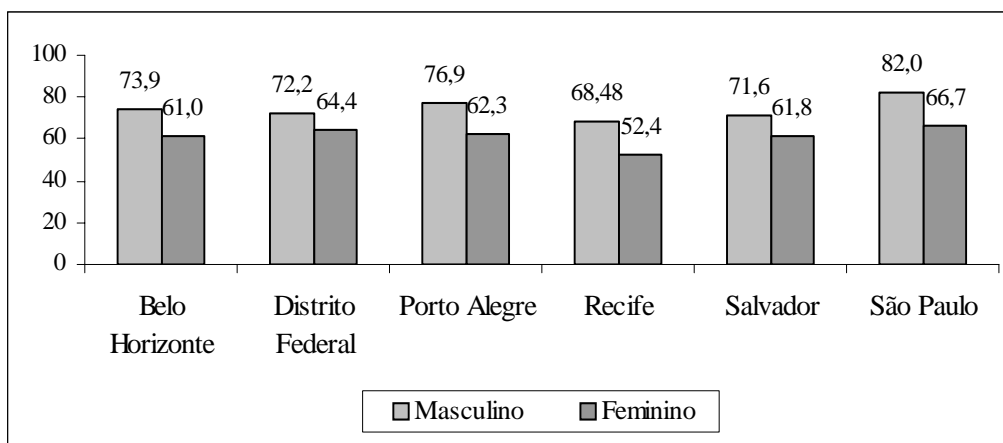


Gráfico 1
Taxa de participação dos jovens de 16 a 24 anos segundo o sexo
Regiões Metropolitanas - 1999

FONTE: DIEESE, 2001, p.149.

O Gráfico 1 mostra a posição de Salvador entre as regiões metropolitanas estudadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no que tange a participação do jovem no mercado de trabalho. Observa-se a elevada presença dos jovens no mercado e ainda a maior taxa de participação masculina em relação a feminina, verificada em todas as regiões pesquisadas. Confirma-se o movimento de elevação da quantidade de jovens no mercado, disputando postos escassos. Identifica-se a magnitude relativa dos jovens com idade entre 16 e 24 anos na População Economicamente Ativa (PEA), demonstrando que mais de 60% dos jovens nessa faixa etária participam do mercado de trabalho na condição de ocupados e principalmente, na condição de desempregados.

Nota-se então, o peso desse segmento na Região Metropolitana de Salvador (RMS), tornando a questão do trabalho juvenil um problema econômico. Contudo, verifica-se apenas a situação global do jovem, não explicitando os padrões de exigência e desigualdades desse mercado.

Através da Tabela 2, focaliza-se essas dificuldades a que estão expostos aqueles que buscam iniciar suas vidas. Considerando a população jovem entre 15 e 24 anos, quanto ao sexo a taxa de participação é maior para o homem que para a mulher (respectivamente 67,4% e 32,6%). Ainda assim as taxas de desemprego e as taxas de inatividade são maiores para as mulheres (40,5% e 41,2% contra 35,7% e 32,6% dos homens).

Segundo a cor, tem-se que a taxa de participação dos negros é 10,9% mais elevada que a participação dos brancos, porém a taxa de desemprego é menor para os brancos (34,8%) do que para os negros (38,7%). O contingente de negros é portanto mais elevado no mercado da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e também o desemprego para esse grupo racial.

Em relação a escolaridade, os dados evidenciam que há uma tendência para continuidade da escolaridade e da qualificação, isso porque a menor taxa de participação fica para os que detêm 1º grau completo e 2º grau incompleto, já a maior taxa de participação reserva-se aos que detêm 2º grau completo e mais. Interessante observar que na faixa de escolaridade de 1º grau completo e 2º grau incompleto encontra-se a taxa de desemprego mais elevada.

As faixas de escolaridade de analfabetos e 2º grau completo e mais têm as mais baixas taxas de desemprego (respectivamente 31,1% e 32,0%) contra 40,4% para o 1º grau incompleto e 44,8% para o 1º grau completo e 2º grau incompleto. Para as faixas extremas de escolaridade, a taxa de inatividade é mais baixa para 2º grau completo e mais 24,6% e analfabetos 34,9%.

Confirmando o processo de passagem da adolescência para a idade adulta, através da mudança de estado de inatividade para o mercado de trabalho, tem-se os valores das taxas de participação para as pessoas entre 15 e 17 anos (36,8%) e 18 e 24 anos (74,7%), sendo mais elevada a taxa para os jovens adultos.

Contudo a elevada participação do jovem não se traduz em ocupação efetiva, isso conclui-se a partir dos valores apresentados para as taxas de desemprego elevadas (47,7% e 35,9%) tanto para os adolescentes (15 a 17 anos) como para os jovens adultos (18 a 24 anos).

Os dados também demonstram formas discriminatórias quanto ao sexo e a raça. Isso porque a taxa de desemprego foi verificada em 40,5% para jovens mulheres contra 35,7% para jovens homens. Para os brancos a taxa de desemprego (34,8%) é menor do que a taxa de desemprego para os negros (38,7%).

Tabela 2
Indicadores do mercado de trabalho juvenil de Salvador
por sexo, cor, faixas de escolaridade e etárias – 1997 a 2001

Especificação	Taxa de participação	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego	Taxa de inatividade
Sexo				
Mulher	58,8	59,5	40,5	41,2
Homem	67,4	64,3	35,7	32,6
Raça				
Negros	64,9	61,3	38,7	35,1
Branco	54,0	65,2	34,8	46,0
Escolaridade				
Analfabetos	65,1	68,9	31,1	34,9
1º grau incompleto	60,7	59,6	40,4	39,7
1º grau completo e 2º grau incompleto	55,1	55,2	44,8	44,9
2º grau completo e mais	75,4	68,0	32,0	24,6
Faixas etárias				
15 a 17 anos	36,8	52,3	47,7	63,2
18 a 24 anos	74,7	64,1	35,9	25,3

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p.71.

Tem havido um significativo alargamento do segmento jovem, haja vista suas elevadas taxas de participação, entretanto o número de postos de trabalho mostra-se insuficiente para absorver esse contingente de pessoas que se apresentam no mercado, acirrando a concorrência e a discriminação entre elas, mesmo com a estratégia de aumento da escolarização e qualificação. Essa redução de oportunidades de ocupação para os jovens tem se verificado a partir do início da década de 90, gerando um crescente movimento de exclusão social.

b) situação ocupacional

Os jovens de Salvador (pessoas entre 15 e 24 anos) representam cerca de ¼ dos ocupados da cidade (23,2% do conjunto global). Destes destacam-se os homens em relação às mulheres (52,5% e 47,5% do total de ocupados) e quanto à cor sobressaem os negros (83,2%) sendo os brancos uma parcela de 16,7%, estes em sua maioria como jovens adultos compreendidos entre 18 e 24 anos (84,6%). Finalmente com relação ao grupo de ocupação, são assalariados um contingente de 59,7% dos jovens e 40,3% são não assalariados (outras formas de remuneração).

A Tabela 3 oferece condições para os seguintes comentários: desagregando a escolaridade dos ocupados por alguns atributos, possibilita-se a comparação entre os níveis de escolaridade e o total de ocupados de Salvador lembrando que a maioria dos jovens ocupados situam-se na faixa (18 a 24 anos) período de efetiva inserção no mercado de trabalho. A maioria dos adolescentes de 15 a 17 anos tem 1º grau incompleto (53,3%) e os jovens adultos de 18 a 24 anos, detém em maioria 2º grau completo e mais (35,7%).

As mulheres ocupadas mostram-se mais escolarizadas que os homens, com grande parte possuindo o 2º grau completo e mais (35,6%), já os homens têm 1º grau incompleto (37,4%). Dos analfabetos funcionais (com até 2 anos de estudo formais) 54,7% são homens e 45,3% são mulheres. Com relação ao total de ocupados soteropolitanos as mulheres jovens mostram-se menos analfabetas que o total da cidade, contudo as mais escolarizadas (2º grau completo e mais) não alcançam o patamar total tendo menos estudo que o padrão das mulheres de Salvador.

Fazendo o cruzamento da escolaridade com a cor, nota-se que os analfabetos funcionais são predominantemente negros (93,5% contra 6,4% brancos). Os negros ocupados no geral têm 1º grau incompleto (37,6%) já os brancos (55,5%) têm 2º grau completo e mais. O percentual de brancos com 2º grau completo representa mais do dobro dos negros na mesma faixa de escolaridade. Comparando a distribuição dos negros e brancos ocupados jovens com o total de Salvador não se nota diferenciação.

A maioria dos assalariados possui 2º grau completo e mais (42,8%), já os não assalariados tem em maioria 1º grau incompleto. Dos que têm maior tempo de estudo 84,1% são assalariados e entre os analfabetos 69,3% são não assalariados. Revelando que as oportunidades ocupacionais são em geral precárias, não exigindo níveis de qualificação elevados, entretanto vêm sendo preenchidas por indivíduos com escolaridade formal.

A intensificação da concorrência entre os jovens, vem fazendo com que as formas de discriminação juvenil cresçam, dado o reduzido número de ocupações para absorção do contingente jovem.

Tabela 3
Escolaridade dos ocupados de Salvador
por sexo, raça e faixa etária – 1997 a 2001

Especificação	Analfabetos Funcionais		1º grau incompleto		1º grau compl. e 2º grau incompl.		2º grau completo e mais	
	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total
Sexo								
Mulher	12,5	14,5	31,0	23,0	20,9	13,5	35,6	49,0
Homem	13,6	14,7	37,4	27,1	23,3	17,2	25,7	41,0
Raça								
Negros	14,7	17,1	37,6	28,7	22,4	16,4	25,4	37,7
Branços	5,0	5,3	18,3	11,7	21,2	11,8	55,5	71,3

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p. 72.

Com auxílio das Tabelas 4, 5 e 6 permite-se verificar as alternativas de ocupação para o segmento juvenil e constatar também a presença de discriminação nesse segmento do mercado de trabalho.

A Tabela 4 contempla o conjunto das dez principais ocupações do jovem de Salvador por ordem de predominância. Representando 68,8% do total das ocupações exercidas pelo jovem. Os maiores grupos são os empregados domésticos (cozinheiras, faxineiras, passadeiras, babás, acompanhantes de idosos, lavadeiras, jardineiros, motoristas) trabalhando no âmbito domiciliar, em seguida os estagiários (nível médio e superior, aprendizes - adolescentes que trabalham em oficinas, ONGS, associações, etc.) e vendedores de jornais, revistas, etc.

Tabela 4
Principais ocupações dos jovens de Salvador – 1997 a 2001

Ocupações	Percentual
1. Domésticos	20,5
2. Estagiários	10,0
3. Vendedores	6,6
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	6,3
5. Vendedor ambulante	5,0
6. Copeiro, garçom, atendente de bar e lanchonete	4,6
7. Balconista no comércio	4,4
8. Auxiliar de escritório	4,3
9. Caixa e auxiliar de contabilidade	3,6
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	3,5
Total	68,8

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p.74.

Na Tabela 5, fica evidenciado que os jovens com menor tempo de estudo são ocupados em funções mais precárias, enquanto que os jovens com maior tempo de estudo são alocados em posições como estagiários e caixas diferentemente dos outros que são ocupados como trabalhadores braçais, faxineiros, etc. Outro detalhe é que os trabalhadores domésticos são predominantemente jovens mulheres e os trabalhadores braçais jovens homens.

Tabela 5
Faixas de escolaridade por posição na ocupação
dos jovens de Salvador – 1997 a 2001

Ocupações	Analfabeto funcional	1º grau incompleto	1º grau completo e 2º grau incompleto	2º grau completo e mais
1. Domésticos	28,8	54,5	14,0	2,7
2. Estagiários	0,7	4,5	31,2	63,5
3. Vendedores	6,9	28,5	27,4	37,1
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	35,2	50,8	11,5	2,5
5. Vendedor ambulante	26,6	47,9	18,7	6,8
6. Copeiro, garçom, atendente de bar e lanchonete	9,8	47,8	32,9	9,5
7. Balconista no comércio	6,7	35,5	30,3	27,5
8. Auxiliar de escritório	0,8	7,0	21,9	70,4
9. Caixa e auxiliar de contabilidade	1,6	10,5	25,0	63,0
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	17,3	55,1	23,5	4,1

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p. 74.

Numa perspectiva de raça (Tabela 6), o mercado reflete a exclusão influenciada pela dificuldade de acesso a escola, os jovens negros, com menos escolaridade ocupam funções de trabalho precários (94,2% e 90,6% como servente de pedreiro e trabalhadores braçais, domésticos e ambulantes) os jovens brancos (32,7% estagiários e 27,4% auxiliares de escritório) têm inserção em postos mais privilegiados.

Tabela 6
Principais ocupações dos jovens
de Salvador por cor – 1997 a 2001

Ocupações	Negros	Branco
1. Domésticos	92,8	7,1
2. Estagiários	67,2	32,7
3. Vendedores	75,4	24,5
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	94,2	5,8
5. Vendedor ambulante	60,6	9,2
6. Copeiro, garçom, atendente de bar e lanchonete	86,7	13,3
7. Balconista no comércio	79,3	20,3
8. Auxiliar de escritório	72,5	27,4
9. Caixa e auxiliar de contabilidade	74,8	25,2
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	93,10	6,9

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p.75.

De acordo com a Tabela 7, nota-se uma acentuada desigualdade distributiva, essa desigualdade evidencia-se nas faixas etárias, nos níveis de escolaridade, sexo e cor. A passagem da fase da adolescência para a idade adulta revela uma mudança de participação na faixa de rendimento de até 1 salário mínimo havendo uma redução dessa participação (de 88,6% para 46,0%), entretanto, ainda é significativa a parcela de jovens adultos com rendimento até 1 salário mínimo (46,0%). Apenas 22,4% dos jovens adultos recebem mais de 2 salários mínimos, para os adolescentes o percentual é de 1,9%.

A contribuição da variável escolaridade é expressiva ao observar que na faixa de rendimento de até 1 salário mínimo o percentual de jovens decresce com o aumento da escolaridade. Para os jovens que alcançaram 2º grau completo e mais o percentual que ganha até 1 salário mínimo é de 24,3%.

Quanto ao sexo e a cor, dos jovens com rendimento até 1 salário mínimo 61,5% são mulheres contra 44,6% dos homens, na faixa de mais de 2 salários mínimos as jovens mulheres correspondem a 14,7% contra 23,4% dos homens. Apesar de mais escolarizadas recebem menos que os homens tomando uma posição socialmente desfavorável.

Os negros têm seu percentual na faixa de até 1 salário mínimo (56,0%) mais elevado que os brancos (32,6%), para a faixa extrema de rendimento (mais de 2 salários mínimos) o percentual mais elevado é para os brancos (36,2%) enquanto apenas 15,8% são negros.

Tabela 7
Faixas de rendimento dos jovens
de Salvador por alguns atributos pessoais – 1997 a 2001

Especificação	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Faixas etárias			
Adolescentes (15 a 17 anos)	88,6	9,5	1,9
Jovens Adultos (18 a 24 anos)	46,0	21,5	22,4
Posição na ocupação			
Assalariado	36,8	37,4	25,9
Não assalariado	76,3	14,4	9,3
Faixas de escolaridade			
Analfabetos funcionais	77,2	19,0	3,8
1º grau incompleto	67,7	24,8	7,5
1º grau completo e 2º grau incompleto	53,1	31,5	15,4
2º grau completo e mais	24,3	33,2	42,5
Sexo			
Mulher	61,5	23,8	14,7
Homem	44,6	32,0	23,4
Cor			
Negro	56,0	28,2	15,8
Branco	36,2	27,6	36,2

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p.75.

c) desemprego juvenil

Além das condições precárias de inserção o desemprego é um problema que tem afetado seriamente o segmento jovem de Salvador. Ele é mais acentuado entre os jovens menos escolarizados, para as jovens mulheres e para os jovens negros (Tabela 8). Para os desempregados homens e mulheres a concentração maior é notada entre jovens com 1º grau incompleto. Quanto a raça, os jovens negros desempregados são concentrados na faixa do 1º grau incompleto (40,7%) os jovens brancos têm o desemprego mais acentuado na faixa de 2º grau completo e mais.

O desemprego juvenil, destaca-se como uma das principais características da evolução do mercado de trabalho da década de 1990. O alto grau de dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho é verificado também nas demais regiões metropolitanas do Brasil onde a Pesquisa de Emprego e Desemprego, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

(Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), atua. O patamar de desemprego para este segmento ultrapassou 30% em todas as regiões (Tabela 9), a taxa alcançou 43,2% em 1999, para os jovens entre 16 e 24 anos da Região Metropolitana de Salvador, identificando a situação mais difícil entre as demais localidades estudadas.

A diferenciação por idade torna-se mais explícita quando são comparadas as taxas de desemprego entre os jovens de 16 e 17 anos e os jovens de 18 a 24 anos. Fatores como menor grau de escolaridade e ausência de experiência anterior de trabalho podem explicar a diferenciação significativa entre as taxas.

Tabela 8
Escolaridade dos desempregados jovens de Salvador
segundo sexo, raça e faixa etária – 1997 a 2001

Especificação	Analfabetos funcionais		1º grau incompleto		1º grau compl. e 2º grau incompl.		2º grau completo e mais	
	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total
Sexo								
Mulher	6,5	10,9	32,4	29,4	32,2	23,9	29,2	35,8
Homem	13,1	17,8	43,8	38,8	26,3	21,7	16,8	22,5
Raça								
Negros	10,7	15,6	40,7	36,0	29,2	23,0	19,4	25,4
Branco	3,4	8,1	20,7	18,6	29,7	22,1	46,1	53,1
Faixas etárias								
15 a 17 anos	13,5		56,8		27,9		1,9	
18 a 24 anos	8,5		32,2		29,7		29,6	

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001a, p.76.

Tabela 9
Taxa de desemprego dos jovens
Regiões Metropolitanas – 1999

Regiões Metropolitanas	Taxa de desemprego		
	16 a 24 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos
1. Belo Horizonte	30,3	42,1	28,3
2. Distrito Federal	36,2	52,3	34,0
3. Porto Alegre	31,3	47,2	28,1
4. Recife	36,1	40,5	35,4
5. Salvador	43,2	54,1	41,4
6. São Paulo	30,8	47,2	27,5

FONTE: DIEESE, 2001, p.151.

Ainda na Tabela 9, tem-se que as altas taxas de desemprego para os jovens de 16 e 17 anos constituem-se, porém, minoria entre os desempregados jovens, respondendo por uma parcela entre 15% e 25% do total dos jovens desempregados. Assim, embora com taxas percentualmente menores, os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos eram a maioria tanto entre os ocupados quanto entre os desempregados.

Como mostra o Gráfico 2, os jovens com idade de 18 a 24 anos tem uma participação majoritária (81,8%) no contingente de desempregados, ficando uma parcela de 18,2% para os adolescentes de 16 e 17 anos. Através destas ilustrações das Regiões Metropolitanas constata-se o elevado patamar de desemprego para o segmento juvenil não somente em nível local, como nas principais regiões do país alcançadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

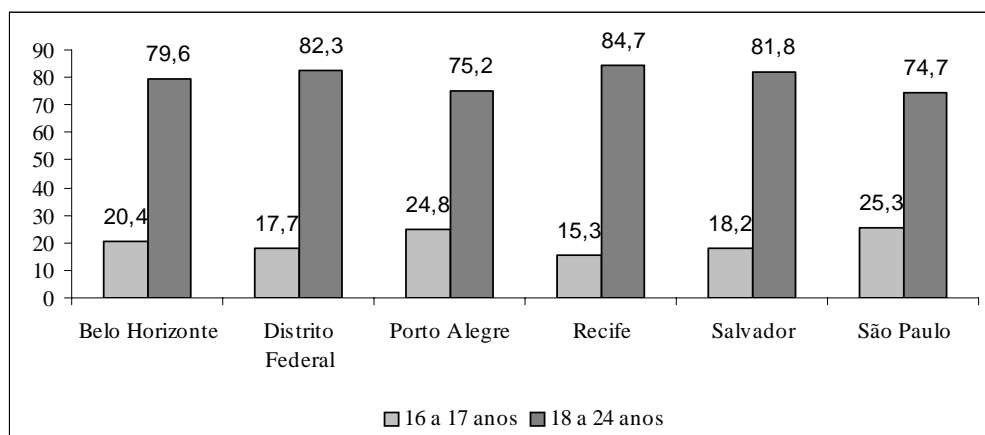


Gráfico 2
Distribuição dos desempregados de 16 a 24 anos
Regiões Metropolitanas - 1999

FONTE: DIEESE, 2001, p.151.

Finalmente, sendo a inatividade representada pela parcela de pessoas sem ocupação econômica, sem necessidade de trabalhar e sem disponibilidade para o trabalho, ou seja, numa ausência de pressão sobre o mercado de trabalho, verificando a Tabela 10, tem-se que a inatividade dos jovens em Salvador é predominantemente feminina, já que essa faixa etária detém 58,6% de mulheres e 41,4% de homens.

Tabela 10
Escolaridade dos inativos jovens de Salvador
segundo sexo, cor e faixa etária – 1997 a 2001

Especificação	Participação Relativa	Analfabetos funcionais		1º grau incompleto		1º grau compl. e 2º grau incompl.		2º grau compl. e mais	
		Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total	Jovens	Total
Sexo									
Mulher	58,6	10,0	27,8	39,2	37,5	35,3	15,7	15,5	19,0
Homem	41,4	11,6	30,2	40,4	39,7	32,8	14,8	15,2	15,3
Raça									
Negros	77,1	12,6	32,6	45,4	40,4	31,1	13,9	10,9	13,0
Branços	22,9	4,1	15,2	20,7	18,6	45,1	20,3	30,2	33,3
Faixas Etárias									
15 a 17 anos	53,0	10,7		49,8		37,9		1,6	

FONTE: MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001b, p.107.

Em termos de cor, a Tabela 10 revela que os brancos compõem 22,9% dos jovens inativos e os negros 77,1%, porém, como os negros respondem por 80,0% da população de Salvador a maioria dos jovens inativos é relativamente composta por brancos. Pela faixa etária a inatividade econômica dos jovens é de 53,0% para jovens dos 15 aos 17 anos e 47,0% dos 18 aos 24 anos.

Segundo a escolaridade, a população jovem inativa concentra-se no 1º grau incompleto, para Salvador como um todo os inativos encontram-se nas faixas de 1º grau incompleto e analfabetos funcionais. Os jovens inativos mostram-se em média mais escolarizados que a população inativa de Salvador, o que sugere um movimento de escolarização crescente através dos jovens.

4 ANÁLISE DA EXPRESSIVIDADE DO ATRIBUTO ESCOLARIDADE COMO FATOR DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DO JOVEM DA RMS

Nesta última parte pretende-se verificar através de uma análise empírica a parcela de contribuição do elemento escolaridade, para o segmento juvenil, na tentativa de explicar com dados estatísticos a relevância dessa variável como estratégia de inserção no mercado.

É válido recordar que apesar da alta taxa de participação (62,9%) dos jovens compreendidos entre 15 e 24 anos, esse contingente não se traduz em jovens com ocupação efetiva dado o alto índice de desemprego para esse segmento (38,1%) de acordo com a Tabela 1. Contudo os jovens ocupados da região representam ¼ do conjunto global e 38,9% do total dos jovens com idade ativa.

Assim sendo, nos deteremos na parcela ocupada dos jovens, ou seja, no perfil daqueles que estão exercendo alguma forma de trabalho e não estão procurando trabalho diferente, para dessa forma visualizar a importância da escolaridade para estes, no período de janeiro a dezembro de 2002.

Na Tabela 11, confirma-se a superioridade percentual do contingente jovem adulto (18 a 24 anos) sobre os adolescentes (15 a 17 anos). Os adolescentes encontram-se em sua maioria nas faixas de 1º grau incompleto e 1º grau completo e 2º grau incompleto com 43,9% e 5,1% respectivamente, destacando-se o 1º grau incompleto. Para os jovens adultos destacam-se as faixas extremas de escolaridade, 2º grau completo e mais (98,4%) e analfabetos funcionais (72,3%), revelando além da tendência ao aumento da escolarização um elevado percentual de analfabetos funcionais (com até dois anos de estudo formal).

Tabela 11
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
por faixas etárias - 2002

Faixas de escolaridade	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Total
Analfabeto funcional	27,7	72,3	100,0
1º grau incompleto	43,9	56,1	100,0
1º grau completo e 2º grau incompleto	35,1	64,9	100,0
2º grau completo e mais	1,6	98,4	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Nota-se, na tabela 12, que a parcela de jovens ocupados com registro (com contribuição a previdência) é mais expressiva com o aumento da escolaridade, ou seja, o percentual de jovens registrados cresce com o aumento da escolaridade, passando de 11,7% (analfabetos funcionais) para 34,4% (2º grau completo e mais) e o inverso ocorre para os jovens ocupados não registrados, a participação decresce com o aumento da escolaridade de 45,7% (analfabetos funcionais) para 26,9% (2º grau completo e mais) .

Com relação ao desemprego, sabe-se que este se acentua mais entre os menos escolarizados, além disso, a Tabela 12 explicita uma porcentagem de 32,2% (desemprego aberto) na faixa de 1º grau completo e 2º grau incompleto, indicando um pressão por aumento do nível de escolarização, contudo, permanecendo o elevado nível de desemprego tanto nas faixas de 1º grau incompleto (29,4%) e analfabetos funcionais (22,6%), como na faixa de 2º grau completo e mais (29,3%). O desemprego oculto apresenta valores mais expressivos para os indivíduos analfabetos funcionais (19%) e com 1º grau incompleto (20%).

Tabela 12
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
por situação ocupacional - 2002

Faixa de escolaridade	Ocupado		Desemprego Aberto	Desemprego Oculto	Total
	Registrado	Não Registrado			
Analfabeto funcional	11,7	45,7	22,6	20,0	100,0
1º grau incompleto	11,9	39,7	29,4	19,0	100,0
1º grau compl. e 2º grau incompleto	18,1	31,7	32,2	18,0	100,0
2º grau completo e mais	34,4	26,9	29,3	9,4	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Notas: considerou-se ocupado não registrado como aquele que não contribui para a previdência social.

Desagregada a escolaridade por cor, mostra-se, na Tabela 13, que os indivíduos analfabetos funcionais e com 1º grau incompleto têm os mais baixos percentuais para os jovens ocupados brancos (respectivamente 4,4% e 6,1%) ao contrário dos jovens negros de mesma escolaridade com participação de 95,6% para analfabetos funcionais e 93,9% com 1º grau incompleto. Para as faixas de escolaridade com maiores graus de instrução (1º grau completo e 2º grau incompleto e 2º grau completo e mais) verifica-se a participação dos jovens brancos de 11,2% e 22,2% respectivamente, valores próximos do dobro, podendo indicar uma relativa

facilidade de acesso a níveis mais elevados de estudo, ao passo que, com o aumento dos anos de estudo a participação dos jovens negros diminui gradualmente.

Evidencia-se a existência de uma barreira educacional representada pela dificuldade dos jovens negros em ultrapassar a faixa do 1º grau incompleto. Através disso, expõe-se uma lacuna de desigualdade a ser preenchida por investimentos em educação, o que por sua vez pode vir a reduzir a significativa representação dos negros nas posições que requerem pouco investimento em educação, nas posições de trabalho em mercados desestruturados, posições de status social inferior e menores rendimentos.

Tabela 13
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
segundo a cor - 2002

Faixa de escolaridade	Negro	Branco	Total
Analfabeto funcional	95,6	4,4	100,0
1º grau incompleto	93,9	6,1	100,0
1º grau completo e 2º grau incompleto	88,8	11,2	100,0
2º grau completo e mais	77,8	22,2	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Expõe-se, através da Tabela 14, a situação da escolaridade do jovem ocupado com relação as diferenças entre os gêneros. Mostra-se com isso a desigualdade do mercado para com as mulheres, as quais se mostram mais escolarizadas do que os homens. Observa-se que 58,4% dos jovens com até dois anos de estudo formal (analfabetos funcionais) são do sexo masculino e ainda 55,2% destes têm até o 1º grau incompleto.

Em oposição a isto, encontra-se a situação do sexo feminino, as quais têm seus maiores percentuais representados nas faixas de mais elevado grau de instrução (52,3% com 1º grau completo e 2º grau incompleto e 57,3% com 2º grau completo e mais). Verifica-se que a maior parte dos jovens homens situa-se nas faixas de escolaridade com até 7 anos de estudo formal (1º grau incompleto) ao contrário das jovens mulheres que detém em sua maioria a partir de 8 anos de estudo formal (1º grau completo e 2º grau incompleto e 2º grau completo e mais) o que deveria se traduzir em maiores rendimentos.

Tabela 14
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
por sexo - 2002

Faixa de escolaridade	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto funcional	58,4	41,6	100,0
1º grau incompleto	55,2	44,8	100,0
1º grau completo e 2º grau incompleto	47,7	52,3	100,0
2º grau completo e mais	42,7	57,3	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

A comparação da escolaridade dos jovens ocupados de acordo com a posição no domicílio é feita na Tabela 15. Esta mostra que dentro da faixa etária de 15 a 24 anos de idade a maioria dos jovens situam-se na condição de filho, com percentuais que variam de 57,3% (analfabetos funcionais) à 71,5% (1º grau completo e 2º grau incompleto), já a menor parte dos jovens se enquadra na condição de chefe, com 8,9% para os analfabetos funcionais e 5,1% com 1º grau completo e 2º grau incompleto. Percebe-se ainda que a maior parte dos jovens na condição de filho está na faixa do 1º grau completo e 2º grau incompleto com 71,5%.

Dos jovens que já se encontram na condição de chefe da família parte, significativa integra as faixas extremas de escolaridade 8,9% são analfabetos funcionais e 8,0% tem 2º grau completo e mais. Vale ressaltar que essa fase é marcada pela busca por uma melhor inserção no mercado e por uma estabilidade econômica, o que dificultaria o assumir a condição de chefe familiar.

Tabela 15
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
segundo posição familiar - 2002

Faixas de escolaridade	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total
Analfabeto funcional	8,9	11,4	57,3	22,4	100,0
1º grau incompleto	7,4	9,7	63,6	19,3	100,0
1º grau completo e 2º grau incompleto	5,1	7,1	71,5	16,3	100,0
2º grau completo e mais	8,0	6,9	68,3	16,8	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Segundo o componente migração (Tabela 16), a escolaridade dos jovens ocupados na RMS demonstra uma significativa participação dos migrantes dentro do segmento jovem e destacando-se nas faixas de analfabetos funcionais, 1º grau incompleto e 1º grau completo e 2º grau incompleto, respectivamente 71,5%, 75,8% e 76,7%, reduzindo para 68,9% no nível mais elevado (2º grau completo e mais).

Os jovens não migrantes têm maior representação nas faixas analfabeto funcional (28,5%) e 2º grau completo e mais (31,1%). É possível supor que além do fluxo migratório em busca de melhores posições no mercado, pode haver um fluxo voltado para o alcance de graus de escolarização mais elevados.

Tabela 16
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
segundo condição de migração - 2002

Faixa de escolaridade	Migrante	Não Migrante	Total
Analfabeto funcional	71,5	28,5	100,0
1º grau incompleto	75,8	24,2	100,0
1º grau completo e 2º grau incompleto	76,7	23,3	100,0
2º grau completo e mais	68,9	31,1	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Nota: Considerou-se não migrante aquele indivíduo que sempre morou na Região Metropolitana de Salvador.

De acordo com os setores de atividade econômica (Tabela 17) verifica-se que para os jovens ocupados os setores de serviços e serviços domésticos merecem destaque com relação ao setor secundário (Indústria e Construção Civil e Comércio). No setor serviços, o qual concentra a maior parte dos jovens ocupados, registra-se decréscimo na absorção de jovens com baixos graus de escolarização (61,8% com 2º grau completo e mais diminuindo gradativamente até 29,6% de analfabetos funcionais).

No que diz respeito aos jovens ocupados com níveis de instrução mais elevados (2º grau completo e mais) destacam-se os setores comércio e serviços com relação aos demais com 23,0% para o comércio e 61,8% para o setor serviços. A situação apresentada pelo setor de serviços domésticos demonstra um peso importante para os jovens, este setor mostra-se como uma área que tradicionalmente exige pouco em termos de escolaridade tendo a maioria

percentual nas faixas de menores graus de instrução (31,8% analfabetos funcionais e 24,0% com 1º grau incompleto).

Tabela 17
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
segundo Setor Produtivo - 2002

Faixa de escolaridade	Indústria e Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviços Domésticos	Outros
Analfabeto funcional	18,2	17,9	29,6	31,8	(1)
1º grau incompleto	17,5	16,2	41,4	24,0	(1)
1º grau completo e 2º grau incompleto	13,3	20,4	51,9	14,2	(1)
2º grau completo e mais	11,7	23,0	61,8	3,2	(1)

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Analisando os quartis de renda relacionados com a escolaridade (Tabela 18), observa-se que 25,0 % dos jovens ocupados na RMS ganham no máximo R\$ 224,00 ao mês. No primeiro quartil (25%) o rendimento para a menor faixa de escolaridade é próximo da metade do valor auferido pela maior escolaridade (R\$ 130,00 para analfabetos funcionais e R\$ 224,00 para jovens com 2º grau completo e mais).

No segundo quartil 50% dos jovens ocupados ganham até R\$ 318,00 (2º grau completo e mais) o que não atinge o valor correspondente a um salário mínimo e meio atual (R\$ 360,00) e isso para a maior faixa de escolaridade, a partir de 11 anos de estudo formal. No último quartil de renda, 75% dos jovens ocupados não ultrapassam o rendimento mensal de R\$ 471,00, o que corresponde atualmente a menos de 2 salários mínimos (R\$ 480,00) também para o maior nível de escolaridade

Tabela 18
Escolaridade dos jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
por Quartil de Renda Mensal Média em Reais - 2002

Faixas de escolaridade	25 % ganham até	50% ganham até	75% ganham até
Analfabeto funcional	113,0	207,0	227,0
1º grau incompleto	109,5	209,0	263,0
1º grau completo e 2º grau incompleto	151,0	221,0	292,3
2º grau completo e mais	224,0	318,0	471,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Vê-se que nas três faixas de renda, ainda na Tabela 18, apenas com a passagem do 1º grau completo e 2º grau incompleto para o 2º grau completo e mais é que se alcança uma elevação mais expressiva do rendimento mensal. Por exemplo, 75% dos jovens passam de R\$ 292,30 para R\$ 471,00 ao conseguirem romper a barreira do 2º grau incompleto para o 2º grau completo e mais.

Para finalização desta etapa se procederá análise dos rendimentos auferidos pelos jovens ocupados com uso de três classes (até R\$ 200,00, mais de R\$ 200,00 à R\$ 600,00 e mais de R\$ 600,00) separados por alguns atributos pessoais e ocupacionais já vistos nas tabelas anteriores.

Observando separadamente a variável escolaridade (Tabela 19), pode-se perceber que na faixa de rendimento de até R\$ 200,00, 46,7% são jovens com até 2 anos de estudo formal (analfabetos funcionais) e o percentual para os jovens que alcançam o patamar do 2º grau completo e mais é de 11,8%. Ainda nessa faixa, 33,1% dos jovens com 1º grau completo e 2º grau incompleto não ultrapassam o rendimento mensal de R\$ 200,00.

Quando se considera os que recebem mais de R\$ 200,00 até R\$ 600,00 o rendimento mensal mostra-se crescente a medida que aumenta o grau de instrução e/ou se completa um nível de ensino, por exemplo, participação de 63,1% de jovens com 1º grau completo e 2º grau incompleto e 71,9% de jovens com 2º grau completo e mais (Tabela 19).

Para rendimentos acima de R\$ 600,00 podemos verificar que 3,8% possuem 1º grau completo e 2º grau incompleto e 16,3% possuem 2º grau completo e mais. Claramente se percebe o aumento do rendimento quando se há conclusão de um nível de escolaridade e com o aumento dos anos de estudos formais, dando acesso a rendimentos mais elevados a partir da melhoria do grau de instrução (Tabela 19).

Tabela 19
Percentual de jovens ocupados da Região Metropolitana de Salvador
por de Faixas de escolaridade e Faixas de Rendimento - 2002

Faixas de escolaridade	Até R\$ 200	Mais R\$ 200 a R\$ 600	Mais de R\$ 600
Analfabeto funcional	46,7	52,7	(1)
1º grau incompleto	43,3	55,0	(1)
1º grau completo e 2º grau incompleto	33,1	63,1	3,8
2º grau completo e mais	11,8	71,9	16,3

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Dentro da Tabela 20, para a variável sexo, vê-se que nas faixas de rendimento mais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00 e mais de R\$ 600,00, ao passo que aumenta o rendimento reduz-se a participação correspondente às mulheres com relação aos homens, sendo 67,1% homens e 60,4% mulheres dos que auferem mais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00 e 9,8% homens contra 6,4% mulheres para rendimento acima de R\$ 600,00. Já na faixa de até R\$ 200,00 a representação de mulheres (33,2%) supera a dos homens (23,1%). Constata-se a desigualdade do mercado para com as jovens, que apesar de mais escolarizadas têm rendimentos inferiores aos dos jovens.

Com relação a cor (Tabela 20), percebe-se a discriminação que sofre o jovem negro em termos de queda da sua remuneração. Cerca de 29,7% dos jovens negros recebem até R\$ 200,00 contra 13,7% de jovens brancos. Quando se observa a faixa mais elevada de rendimento (mais de R\$ 600,00), nota-se que 20,7% são jovens brancos e apenas 6,5% são negros. O que se verifica é que dentre outros fatores a baixa escolaridade dos negros traduz-se em rendimentos menores para os jovens de cor preta ou parda.

De acordo com a contribuição previdenciária (Tabela 20), pode-se notar a diferença de participação entre os jovens ocupados registrados e os não registrados, quando se analisa a faixa onde há maior percentual de jovens (mais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00) 85,0% dos jovens que se enquadram nessa faixa de rendimento são registrados, ao passo que, 48,9% são não registrados, correspondendo a pouco mais da metade dos registrados. Os jovens que recebem mais de R\$ 600,00 e não possuem registro previdenciário totalizam apenas 3,9% já os que apresentam registro têm uma participação de 14,3%. Está claro que os jovens registrados terminam auferindo ganhos maiores que os não registrados.

Observando o rendimento do jovem de acordo com a posição no domicílio, verifica-se que entre os jovens ocupados que recebem até R\$ 200,00, cerca de 12,3% são chefes de família contra cerca de 35,1% e 28,9% respectivamente cônjuge e filho. Na faixa de rendimento intermediária (mais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00), onde se concentra a maioria dos jovens, ainda se percebe uma diferença de rendimentos entre o chefe da família (75,2%) e os demais membros (59,2% cônjuge e 62,5% filho). Isso indica uma remuneração de forma diferente pela posição que o jovem ocupa na família, onde os chefes têm rendimentos relativamente mais altos que os demais membros da família.

Tabela 20
Percentual de jovens ocupados da
Região Metropolitana de Salvador
por Faixas de Rendimento - 2002

	Até R\$ 200	Mais de R\$ 200 a R\$ 600	Mais de R\$ 600
Sexo			
Masculino	23,1	67,1	9,8
Feminino	33,2	60,4	6,4
Raça			
Branco	13,7	65,6	20,7
Preto	29,7	63,8	6,5
Contribuição Previdenciária			
Registrado	(1)	85,0	14,3
Não Registrado	47,2	48,9	3,9
Posição Familiar			
Chefe	12,3	75,2	12,5
Cônjuge	35,1	59,2	(1)
Filho	28,9	62,5	8,6
Outros	31,2	63,1	5,7
Migração			
Migrante	30,4	62,3	7,3
Não Migrante	22,0	67,8	10,2
Setores Produtivos			
Indústria e Construção Civil	17,8	70,8	11,4
Comércio	23,8	70,1	6,1
Serviços	26,0	63,4	10,6
Serviços Domésticos	48,3	51,7	-
Outros	(1)	(1)	-

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No que se refere ao componente migração, os dados da Tabela 20 demonstram a diferença de remuneração entre o jovem ocupado migrante e o não migrante. Na faixa de rendimento até R\$ 200,00 a proporção de migrantes (30,4%) é superior a de não migrantes (22,0%), já nas faixas mais elevadas (mais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00 e mais de R\$ 600,00) destaca-se a participação dos jovens não migrantes com 67,8% e 10,2% nas referidas faixas respectivamente. Ou seja, os jovens não migrantes são relativamente melhores remunerados que os jovens migrantes.

Levando-se em consideração os rendimentos por setor de atividade, a maior participação para os que ganham até R\$ 200,00 refere-se aos jovens ocupados no setor de serviços domésticos (48,3%) em seguida os jovens ocupados no setor de serviços (26,0%). Observados os que ganham mais de R\$ 200,00 a R\$ 600,00 os setores que se destacam dos demais são o da indústria e construção civil com 70,8% e o comércio com 70,1%. Para os jovens ocupados com remunerações de mais de R\$ 600,00, 11,4% estão na indústria e construção civil, 10,6% nos serviços e 6,1% no comércio. Mostra-se que apesar da maior participação dos jovens no setor serviço, este não tem oferecido rendimentos que dêem condições de um bom status social, que garanta a subsistência e perspectivas futuras.

5 CONCLUSÕES

Observa-se um movimento de redução dos postos de trabalho destinados aos jovens, de forma que os avanços educacionais não necessariamente se traduzem, para a população jovem, em melhores possibilidades de emprego. Isso apesar da necessidade de melhoria da qualificação do jovem, sem a qual, torna-se impossível a inserção no mercado de trabalho, mercado esse que vem experimentando grandes transformações e exigindo maiores habilidades e melhores qualificações.

A redução de oportunidades ocupacionais para os jovens, na década de 90, tem se traduzido em elevadas taxas de desemprego, pois combina-se a realidade de alta taxa de participação com a pequena capacidade de absorção ocupacional para esse importante contingente da população. O potencial de inserção do jovem no mercado de trabalho tende a ser proporcional à qualificação profissional adquirida no sistema educacional e ao tipo de posto de trabalho gerado na economia sendo confrontadas características do lado da oferta e da demanda de mão-de-obra.

A atual alternativa encontrada, com a finalidade de acompanhar os desafios econômicos, tem se configurado numa busca por melhoria da formação educacional. A formação do capital humano com capacidade de acompanhar as mutações organizacionais, pelas quais o mundo vem passando na últimas décadas, traduz-se na melhoria da educação básica, de segundo grau, e profissionalizante, para dessa forma permitir aos indivíduos capacitação e operacionalidade.

Com a observação dos dados para a RMS nota-se que a escolaridade apesar de necessária não se mostrou como elemento decisivo, fornecendo condições para que o jovem seja alocado num posto de trabalho de qualidade.

A busca por um aumento da qualificação pelo trabalhador jovem faz-se necessária para que este possa acompanhar o dinamismo do mercado de trabalho, que tem exigido investimentos

em capital humano. Contudo, não se mostra suficientemente capaz de garantir uma melhor inserção no mercado diante das barreiras impostas por este.

Ao se afirmar que a escolaridade é um fator “suficiente”, significa dizer que esse atributo é o fator adquirido mais importante ou decisivo da força de trabalho, contudo a partir do momento em que se introduz a expressão “necessária mas não suficiente”, a escolaridade deixa de ter uma contribuição decisiva, abrindo espaço para complementação da análise, levando-se em conta as distorções do mercado de trabalho sobre o segmento jovem. Assim a provável ou as prováveis soluções para amenizar as discrepâncias estariam também fora do mercado e não somente num fator específico do próprio mercado, apesar de sua relevância para os trabalhadores.

A população jovem de Salvador representa uma parcela significativa do mercado de trabalho, exercendo forte pressão sobre este mercado. Dentre os jovens em idade ativa, ou os potencialmente aptos para o ingresso no mercado de trabalho 38,9% estão ocupados, 23,9% desempregados e 37,2% inativos. O movimento do mercado juvenil atual indica uma elevação da quantidade de jovens disputando postos escassos, o que por sua vez desencadeia uma tendência de continuidade da escolaridade e da qualificação. Ao mesmo tempo os ganhos de escolaridade não escondem o fato de que uma parcela significativa de jovens da RMS ainda não alcançou um patamar mínimo de escolaridade para uma inserção menos precária.

Os dados do período de 2002, analisados na última seção, confirmaram a hipótese de que a escolaridade tem se apresentado como um atributo necessário aos jovens devido as exigências de maiores níveis de investimento em capital humano. No entanto, há ainda um elevado contingente de indivíduos com baixos níveis de estudo e também há outros fatores importantes que relativizam o papel da escolaridade na definição da qualidade de inserção do jovem.

O mesmo levantamento estatístico revela que mesmo os jovens mais escolarizados são atingidos por altas taxas de desemprego (aberto e oculto), expondo a escolaridade como fator necessário mas não suficiente para garantir a inserção no mercado de trabalho, e também a incidência de desigualdades educacionais no mercado de trabalho, vista pelos atributos, raça, sexo, posição familiar, componente migração e que se expressam nas diferentes remunerações.

A hipótese da escolaridade como fator necessário é reforçada através da constatação das deficiências no grau de instrução tanto dos jovens adolescentes quanto dos jovens adultos, pois 43,9% dos adolescentes encontram-se com 1º grau incompleto, já entre os jovens adultos 72,3% são analfabetos funcionais (Tabela 11).

Quanto à contribuição da escolaridade ser ou não suficiente na determinação de uma melhor inserção no mercado, vimos que: por permanecer o elevado nível de desemprego, chegando a atingir 32,2% (Tabela 12) para o jovem com 1º grau completo e 2º grau incompleto e verificar-se ainda as condições de desigualdade por cor, gênero, componente migração, situação familiar e contribuição previdenciária, estando em condições mais favoráveis os jovens brancos, homens, não migrantes, filhos e com registro isto para uma mesma faixa de escolaridade (Tabelas 12 a 16), o atributo mostra-se não suficiente.

Por último, observando o nível de rendimento auferido pelos jovens, percebe-se que há maiores rendimentos com os acréscimos nos anos de estudo. Todavia, com 75% dos jovens ganhando até R\$ 471,00 (Tabela 18) o que corresponde atualmente a menos de 2 salários mínimos e com 71,9% dos jovens com 2º grau completo e mais com rendimento na faixa de R\$ 200,00 a R\$ 600,00 (Tabela 19), constata-se que a escolaridade não se mostra decisiva na determinação de uma melhor qualidade de inserção no mercado de trabalho.

Procurou-se através da argumentação teórica e empírica demonstrar a escolaridade (educação formal) como fator necessário ao desenvolvimento do jovem e acrescido a isto, a necessidade atual de ações voltadas para a diminuição das diversas formas de desigualdade e das restrições impostas por esse mercado.

Com efeito, o segmento juvenil, por mostrar-se um foco importante dentro do mercado de trabalho, vem necessitando de ações voltadas para a melhoria de suas condições, para que o jovem possa acompanhar os desafios da nova realidade econômica que o cerca, a qual impõe uma melhor formação. Contudo, a massa juvenil ainda detém graus de escolaridade baixos para atender as expectativas do mercado.

Existe com isso, a necessidade de incentivo a abertura de postos de trabalho especificamente destinados a faixa etária jovem, visando a redução das altas taxas de desemprego, em

conjunto com ações de melhoria da qualificação e dos rendimentos dessa mão-de-obra com tanto potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward. **Dez pontos sobre a situação recente do mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/public>. Acesso em: 17 mar. 2003.

AVENA, Cláudio Pondé. Os retornos de Capital Humano na Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.11, n.03, p.69-81,dez.2001.

AZEVEDO, J.S.G. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.08, n.04, p.9-26, mar.1999.

AZEVEDO, J.S.G. Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e na RMS: uma abordagem de longo prazo. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.10, n.01, p.47-67, jun.2000.

AZEVEDO, J.S.; FILGUEIRAS, L.A.; MENEZES, A.W. A evolução do mercado de trabalho da RMS – Dez/96 a Abr/97. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.37, p.20-23, jun.1997.

BARBOSA, César. **Escolaridade como investimento em Capital Humano e o seu impacto sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho:** um estudo para a RMS, Salvador, 1994. dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1994.

BARROS, R.P.; LAM, D. Desigualdades de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.23, n.02, p. 191-218, 1991.

BARROS, R.P. MENDONÇA, R.S.P. Infância e Adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.21, n.02, p.355-376, 1991.

BELAS, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH 19**, Salvador, p.23-45, 1993.

BISPO FILHO, L.M. **Diferencial de rendimentos na ocupação não registrada de Salvador**. Salvador, 2002. dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 2002.

BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90 **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.10, n.03, p.92-109, dez.2000.

BORGES, A.; FILGUEIRAS, L. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.05, n.03, p.30-36, dez.1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CAMARANO, A.A. Envelhecimento da população brasileira: problema de quem? **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.10, n.04, p.36-48, mar.2001.

COSTA, R.N. **O mercado de trabalho infanto-juvenil da RMS: um breve panorama**. Salvador, 2000. Monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 2000.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001, p.145-167.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Só empregar jovem não funciona**. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folha/pensata>. Acesso em: 11 mai. 2003.

FERNANDES, C.M. MENDONÇA, L.K. O trabalho da criança e do adolescente na Região Metropolitana de Salvador. VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO DA ABET. **Anais da ABET**. Belo Horizonte, Minas Gerais: out.1999.

LIMA, Ricardo. Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v.10, n.01, p.217-272, abr.1980.

MATTOSO, J.E.L. Transformações recentes e mudanças no mercado de trabalho. Oliveira, Marco Antônio de (Org.). **Economia e Trabalho: Textos Básicos**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998, p. 61-77.

MENDONÇA, L.K. **As transformações no mercado de trabalho e a inserção ocupacional do jovem na RMS**. Salvador, 1999. Monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1999.

MENDONÇA, L.K.; FERNANDES, C.M. O trabalho da criança e do adolescente na RMS. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.08, n.04, p.69-81, mar.1999.

MENDONÇA, Jair. **Capacitação usada para combater violência**. Disponível na Internet. <http://www.atarde.com.br>. Acesso em: 12 mai. 2003.

MENEZES, W.F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. Determinantes da renda do setor terciário informal: uma abordagem da Região Metropolitana de Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.29, n.03, p.305-318, julh./set.1998.

MENEZES, W.F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. O estado atual do mercado de trabalho juvenil da cidade de Salvador. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.11, n.01, p.69-81 jun.2001a.

MENEZES, W.F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de Salvador: algumas sugestões de política. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 12, n.02(20), p.83-118, 2001b.

NERI, M.C. Crise de desemprego: um “mal de luxo”? **Valor Econômico**, Salvador, 03 out.2000.

OFFE, Claus; HINRICH, Kari. Economia Social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 43-81, 1989.

PIMENTA, R.A. Educação na Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.04, n.04, p.58-65, mar.1995.

POCHMANN, Márcio. Educação e Trabalho no Brasil. **Valor Econômico**, Salvador, 30 out.2000.

POCHMANN, Márcio. Mudanças (para pior) no mercado de trabalho. **Gazeta Mercantil**, Salvador, 15 ago.2000b.

POCHMANN, Márcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos Jovens**. São Paulo: ABET, 1998a, v.06, (Coleção ABET / Mercado de Trabalho).

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas**. São Paulo: DIEESE, 1998b.

SALM, C. Novos Requisitos Educacionais do mercado de trabalho. Oliveira, Marco Antônio de (Org.). **Economia e Trabalho: Textos Básicos**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998, p. 235-252.

SANTANA, Marcelo. Escolaridade e Ocupação na RMS. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.08, n.04, p.44-50, mar.1999.

SANTOS, L.D. **Escolaridade e Ocupação**: Evidências empíricas para o mercado de trabalho da RMS para a segunda metade da década de 90. Salvador, 2001. Monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 2001.

SCHULTZ, T.W. **O Capital Humano**: Investimento em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIEG, Oliver. **Relações entre a educação e trabalho**: um estudo de caso no setor serviços. Salvador, 1997. Monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1997.

SILVA, Tacyara. **A estrutura do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**: uma avaliação preliminar. Salvador, 1999. monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1999.

SILVA, F.S. **A inserção do jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS)**: uma análise comparativa a partir dos dados da PED. Salvador, 2002. Monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 2002.

SOBRINHO, E.A.S. O mercado de trabalho na RMS. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.11, n.03, p.54-60, dez.2001.

SUERDIECK, F.S.R. Emprego formal: o “acionamento” do emprego em tempos de crise energética. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.11, n.03, p.46-53, dez.2001.

ZAGURY, Tânia. Pai precisa mandar. **Veja**. São Paulo, v.32, n.13, p.9-13, mar. 1999.